

ISPA
INSTITUTO UNIVERSITÁRIO
CIÊNCIAS PSICOLÓGICAS, SOCIAIS E DA VIDA

NORMAS SOCIAIS E DISCRIMINAÇÃO EM
ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

VALTER FORTES DE BARROS

Orientador de Dissertação:

PROF. DOUTORA MARIA GOUVEIA PEREIRA

Coordenador de Seminário de Dissertação:

PROF. DOUTOR JORGE SENOS

**Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do
grau de:**

MESTRE EM PSICOLOGIA

Especialidade em Psicologia social e das Organizações

Dissertação de Mestrado realizada sob a orientação da
Prof^a. Maria Gouveia Pereira, apresentada no ISPA – Instituto Universitário
para obtenção de grau de Mestre na especialidade
de Psicologia Social e das Organizacional.

AGRADECIMENTOS

Embora este estudo seja pela sua finalidade académica, um trabalho individual, há contributos que não podem deixar de ser realçados. Por essa razão, desejo expressar os meus sinceros agradecimentos:

Á Professora Maria Gouveia Pereira pela sua orientação, paciência e motivação ao longo deste estudo, e também aos Professores Jorge Senos e Joana Robalo por me terem auxiliado na recolha dos dados.

Aos meus pais, irmão e namorada por me darem todo o incentivo, carinho, amizade e compreensão para que fosse possível chegar até aqui, e concretizar mais este objetivo.

Ao meu colega e amigo António Carlos por me auxiliar no tratamento estatístico dos dados recolhidos, e a todo(a)s o(a)s restantes querido(a)s colegas e amigo(a)s (Fátima, Joana, Goreth, João, ...) que me acompanharam, motivaram e incentivaram ao longo deste trajeto que se concretiza neste estudo.

Á minha muito querida amiga Manuela Pereira, e a todos os elementos da “minha” querida Mestre – Formação e Consultadoria, Lda., por toda a compreensão e motivação para concretizar este grande objetivo. Jamais esquecerei!

E todas as restantes pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para que chegasse até aqui.

Por tudo, o meu muito obrigado a todos!

RESUMO

O estudo analisa a relação das normas sociais (igualitarismo e meritocracia) com a discriminação, num contexto de seleção de emprego.

Foram testadas as hipóteses de: quando os sujeitos são primados com a norma igualitária, discriminam significativamente menos as candidatas imigrantes, do que quando os sujeitos são primados com a norma meritocrática (1); quando as três candidatas (imigrantes e portuguesa) têm iguais qualificações, os sujeitos selecionam significativamente menos as candidatas imigrantes do que a portuguesa (2); quando as qualificações de uma das candidatas imigrantes são mais elevadas, não há discriminação dessa candidata imigrante (3).

O teste das hipóteses foi realizado num estudo (N=150) em que após as normas sociais serem manipuladas através de *primação*, foi medida a discriminação da candidata imigrante através da sua seleção ou não.

Os resultados não demonstraram a relação entre as normas sociais do igualitarismo e meritocracia na discriminação; revelaram que, quando as três candidatas têm iguais qualificações, os sujeitos selecionam significativamente menos as candidatas imigrantes, do que a candidata portuguesa, e que, quando as qualificações de uma das candidatas imigrantes são mais elevadas, não há discriminação dessa candidata imigrante.

Assim, os resultados parecem indicar que nas situações onde a resposta anti-racista não é evidente (e.g. condição onde três candidatas têm iguais qualificações), os sujeitos tendem a discriminar os imigrantes, e que nas situações em que a resposta anti-racista é evidente (e.g. condições onde a candidata imigrante tem mais qualificações que as restantes), os sujeitos não discriminam a que tem mais qualificações, independentemente se é imigrante ou não.

Palavras-Chave: Normas Sociais, Meritocracia, Igualitarismo, Discriminação Racial.

.

ABSTRACT

The study analyses the relationship of social norms (egalitarianism and meritocracy) discrimination in the context of job selection. We tested the following hypothesis: when subjects are primed with standard egalitarian discriminate the candidates immigrants significantly less than when subjects are primed with standard meritocratic (1), when the three candidates (Portuguese and immigrants) have equal qualifications, subjects select the candidates immigrants significantly less than the Portuguese (2), when one of the qualifications of candidates immigrants are higher, there is no discrimination that immigrant candidate (3). The hypothesis test was performed in one study (N = 150) where after societal norms be manipulated through priming was measured discrimination by the candidate immigrant of selected or not. The results showed no relationship between the social standards of egalitarianism and meritocracy in discrimination; revealed that when the three candidates have equal qualifications, subjects select the candidates immigrants significantly less than the Portuguese candidate, and that when the qualifications of one of the candidates immigrants are higher, there is no discrimination that immigrant candidate. The results seem to indicate that in situations where the anti-racist response is not evident (eg condition where three candidates have equal qualifications), subjects tend to discriminate against immigrants, and in situations where the answer is obvious anti-racist (eg conditions where immigrant candidate has more qualifications than the rest), the subjects did not discriminate who has more qualifications, whether they are immigrants or not.

Keywords: Social Norms, Meritocracy, Egalitarianism, Racial Discrimination.

ÍNDICE

Agradecimentos	3
Resumo	4
Abstract	5
Índice	6
Introdução	8
Enquadramento Teórico	9
Preconceito	9
Preconceito: Conceitos e Definições	9
Perspetivas teóricas sobre a génese dos preconceitos	12
Racismo	17
Racismo: Conceitos e Definições	17
Preconceitos e Racismo: Delimitações e semelhanças	18
“Novas” manifestações do racismo	19
Racismo simbólico	20
Racismo moderno	20
Preconceito subtil	21
Racismo ambivalente	21
Racismo Aversivo	22
O que aproxima e afasta as novas formas de racismo	23
Racismo em Portugal	24
Normas Sociais	25
Normas Sociais: Conceitos e Definições.....	25
Normas Sociais e Racismo	27
Individualismo Meritocratico e Racismo	28
Estudos Relevantes	29
Objetivo do Estudo	32
Método	33
Design Experimental	33
Participantes	33
Instrumento	33

Procedimentos	34
Resultados	35
Quadro 1.	36
Discussão	38
Conclusão	40
Referências Bibliográficas	41
Anexos	45
Anexo 1 - Questionário	46
Anexo 2 – Output 1: 1ª escolha	49
Anexo 3 – Output 2: Relação entre as Normas Sociais e 1ª Escolha	50
Anexo 4 - Output 3: Relação entre as Qualificações e 1ª Escolha	51
Anexo 5 - Output 4: Relação entre as Qualificações e 2ª Escolha	52
Anexo 6 - Output 5: Relação entre as Qualificações e 3ª Escolha	53
Anexo 7 - Outputs 6: Relação entre o Contacto e 1ª Escolha	54

INTRODUÇÃO

A atualidade e a pertinência do tema parece-nos evidente, na medida em que Portugal atravessa atualmente uma das maiores crises económico-financeiras da sua história, com taxas de desemprego também elas históricas, a adicionar a um aumento dos fluxos de imigração nas últimas décadas, provenientes das ex-colónias africanas, do Brasil, e dos países de Leste (e.g., Ucrânia, Moldávia e Roménia).

Dada a atualidade da temática, será que se confirma a hipótese testada em estudos anteriores (e.g. Katz & Hass, 1988; Vala, Brito e Lopes, 1999; Dovidio e Gaertner, 2000), que revelaram que as normas sociais não sendo o único factor explicativo para a discriminação racial, são fundamentais na compreensão deste fenómeno? Tendo em conta esta interrogação, iremos neste estudo avaliar a relação das normas sociais do igualitarismo e da meritocracia, na discriminação de imigrantes (Cabo-verdiana e Brasileira), em contexto de seleção para um emprego.

Para testar a hipótese, faremos primeiro uma breve perspetiva dos principais substratos teóricos que direta ou indiretamente influenciam esta temática. Para tal abordaremos o tema do preconceito, e os seus conceitos e perspetivas sobre a sua génese (Hipóteses: Personalidade Autoritária; Espírito Fechado; Frustração-Agressão; Privação Relativa; Oposição de Interesses e a competição; Contacto), o racismo nas suas definições e conceitos, e as delimitações e semelhanças entre os dois conceitos (preconceito e racismo).

Resumiremos também as “novas” formas do racismo, teorizadas na psicologia social a partir do término da 2ª guerra mundial, das quais destacamos as teorias do: racismo moderno (McConahay, 1986); racismo simbólico (Kinder & Sears, 1981); racismo ambivalente (Katz & Hass, 1986); preconceito subtil (Meertens & Pettigrew, 1995); racismo aversivo (Gaertner & Dovidio, 1977), referindo o que as une e o que as afasta, para posteriormente descrevermos o racismo em Portugal.

Como não poderíamos deixar de referir, as normas sociais e os seus conceitos e definições, bem como a descrição específica das normas sociais do igualitarismo e da meritocracia, e a relação com o racismo será um dos temas abordados.

Para terminar incidiremos nas principais evidências empíricas (Gaertner, 1973; McConahay, Hardee e Batts, 1981; Vala, Brito e Lopes, 1999; Dovidio e Gaertner, 2000) que serviram de base para o presente estudo.

ENQUADRAMENTO TEORICO

PRECONCEITO

Conceitos e Definições

Desde o dia em que o indivíduo se conhece a si próprio como ser comunicante, que os vários povos se encontram e desse encontro resultam construções e delimitações de poder territorial, político, económico e cultural.

A afirmação desse espaço é feita por oposição ao espaço do “*outro*” e assim começa o relacionamento entre grupos, sejam eles nacionais, regionais, étnicos, culturais, linguísticos ou religiosos.

A questão da identidade não pode deixar de ser complexa pois a sua própria composição é também ela complexa, uma vez que, a identidade de cada um de nós se compõe de elementos variados, com pertenças a tradições, grupos, e nacionalidades. Além disso, cada pertença leva-nos a estabelecer ligações com diferentes grupos de pessoas e, como a nossa identidade é múltipla, ela é assim perspectivada, vivida e defendida de muitas formas diferentes.

No caso da identidade social, é uma categoria social contextual, isto é, depende dos contextos de interacção e do modo como nos classificamos ou somos classificados pelos outros perante um determinado contexto.

A constatação de que existe uma obrigatoriedade de “negociar” uma identidade social colectiva numa base quotidiana e em contextos sociais diversos, obriga os imigrantes ou os seus descendentes a repensar e a reconstruir a sua própria identidade já que a identidade social afirma-se essencialmente pela diferença perante o “*outro*” (Bourdieu, 1979), um “*outro*” que muda no tempo e no espaço.

A identidade social começou por ser utilizada para compreender e explicar a discriminação intergrupala no “*paradigma dos grupos mínimos*”, construído por Tajfel (1981), ou seja, pretendia-se estudar as condições mínimas do resultado da categorização na discriminação intergrupala.

A teoria da identidade social (Tajfel, 1981 e Tajfel & Turner, 1986), considerada como a teoria mais relevante no quadro das relações intergrupais em Psicologia Social, parte da ligação entre três conceitos fundamentais: categorização social, identidade social e comparação social.

A categorização social é como um instrumento que segmenta, classifica e ordena o ambiente social. Neste sentido, os grupos sociais contribuem para a construção da identidade social dos seus membros.

Esta teoria defende ainda, que os indivíduos procuram construir uma identidade social positiva mediante comparações entre o seu grupo e o (s) grupo (s) dos outros, sendo estas comparações baseadas em dimensões associadas a valores sociais dominantes, conduzindo ao favoritismo pelo grupo de pertença - a tendência para favorecer o grupo de pertença relativamente ao grupo dos outros, designado de *favoritismo endogrupal*. Quando os indivíduos se vêem como membros de um grupo, essa pertença influencia as suas representações e os seus comportamentos para com outro grupo. Para manter e reforçar a sua identidade social positiva, geralmente são levados a favorecer os membros do seu grupo.

Para estes autores (Tajfel, 1981 e Tajfel & Turner, 1986), a consciência da existência de outros grupos poderia gerar por si só um processo de comparação entre o nós e o eles. Assim, frequentemente os indivíduos são cooperativos em relação aos seus grupos (*endogrupos*) e tendem a menosprezar os membros dos outros grupos (*exogrupos*). Esse processo psicológico, conhecido por diferenciação intergrupala, seria um dos principais factores que propiciariam o aparecimento de fenómenos sociais como a formação dos estereótipos e dos preconceitos (Abrams e Hogg, 1990).

Tajfel (1981) destaca a dimensão social dos estereótipos ao concebê-los como crenças ou conhecimentos amplamente partilhados por um grupo sobre a natureza do *endogrupo* e dos *exogrupos*. Essa perspectiva considera que, embora a formação do preconceito envolva processos cognitivos como a estereotipia (Haslam e Turner, 1992), o lado determinante dos preconceitos sociais seria a inserção do indivíduo numa categoria social e o seu grau de identificação com ela. O autor defende também que os indivíduos são motivados a procurar e manter uma identidade social positiva e essa identidade social positiva contribuiria para um sentimento de auto-estima positiva.

Portanto, quanto maior o sentimento de identificação com um determinado grupo (e maior as implicações desse grupo para a auto-estima do indivíduo), maior seria a tendência do indivíduo para diferenciar o *endogrupo* dos *exogrupos*, de forma a adquirir e manter uma identidade social positiva.

E é apenas no princípio do século XX que o preconceito passa a ser objeto de análise das relações entre grupos e da psicologia social.

Jones definiu em 1972, o preconceito como “o julgamento prévio negativo dos membros de uma raça ou de uma religião, ou dos que desempenham qualquer papel social significativo, que se mantém mesmo que os factos o desmintam”.

O comportamento normalmente associado a este tipo de julgamento é designado por discriminação. Os preconceitos socialmente partilhados por um grupo, são mais especificamente, os que interessam à psicologia social.

Os preconceitos raciais, a par com os étnicos e os sexuais, foram os que mais concentraram a atenção dos investigadores, tanto nos EUA como na Europa durante os séculos XIX e XX, fossem estes de base linguística (belgas, flamengos e francófonos), religiosa (Irlanda), ou até mesmo geográfica (Itália).

Gordon Allport, na sua obra “*A natureza do Preconceito*” (1954) fez a primeira abordagem sistemática ao preconceito, sendo que para este autor o preconceito é uma atitude hostil em relação a uma pessoa que pertence a um grupo, simplesmente porque este pertence a um grupo desvalorizado socialmente.

De acordo com esta definição, existem tantos tipos de preconceito quanto as pertenças a grupos minoritários na estrutura do poder (e.g., homossexuais, obesos, negros, deficientes físicas e/ou mentais).

Perante esta definição, destacaria duas características principais: 1º o preconceito é uma espécie de defeito cognitivo (generalização), e 2º o preconceito é uma atitude de antipatia que pode ser sentida (emoção) ou exteriorizada (comportamento). Estas foram duas das características da definição do preconceito, que foram as principais preocupações da psicologia social nas décadas de 30, 40 e 50 (Duckitt, 1992), numa época em que proliferava o racismo nos estados unidos e as repercussões da ideologia nazi-fascista na Europa.

Nas décadas de 80 e 90, as definições do preconceito na psicologia social são influenciadas pela cognição social, o que vai “negligenciar” os aspetos afetivos ou emocionais do preconceito, e a ênfase aos aspetos mais automáticos do preconceito (Duckitt, 1992).

Apesar de toda a evolução no estudo do preconceito, atualmente as definições do preconceito, continuam a basear-se em Allport (1954), mas também refletem a emergência da perspectiva da cognição social (Fiske & Taylor, 1991), onde o preconceito é explicado através dos vieses psicológicos, responsáveis pelos erros no processamento da informação e dos julgamentos sociais (Augoustinos & Reynolds (2001), pelo que, atualmente é relativamente unânime definir o preconceito como: a) uma orientação negativa em relação a membros de determinados grupos, b) algo que é aversivo e não justificado, irracional, errado e inflexível.

Apesar desta definição mais atual, e como Allport (1954) já apontava, e Pettigrew (1958), Sherif (1967) e Jones (1972) tornaram mais claro, o preconceito pode também ser entendido como uma atitude racional, que produz comportamentos estratégicos nas relações intergrupais, de forma a manter a posição social dos grupos, e é por isso, que vários autores definem o preconceito como uma decorrência das relações de poder assimétricos entre os grupos sociais (e.g., Billing, Condor, Edwards, Gane, Middleton, & Radley, 1988; Operario & Fiske, 1998; Vala, Brito & Lopes, 1999).

Como já vimos anteriormente, a perspectiva das relações intergrupais de Tajfel (1981), e concretamente da teoria da identidade social, o facto de a mera divisão de pessoas em diferentes grupos levar a avaliações enviesadas sobre esses grupos. Assim, frequentemente os indivíduos são cooperativos em direção aos seus grupos (favoritismo endogrupal, citado por Turner, 1994) e tendem a menosprezar os membros dos outros grupos (exogrupos). Portanto, quanto maior o sentimento de identificação com um determinado grupo, maior seria a tendência do indivíduo de diferenciar entre o endogrupo e os exogrupos para adquirir e manter uma identidade social positiva.

Perspectivas teóricas sobre a génese dos preconceitos

Quase todas as pessoas que vivem em regimes políticos democráticos acreditam no direito à igualdade de oportunidades dos cidadãos em relação à educação, à saúde, ou ao emprego.

Quase todas acham também, que esses direitos não podem ser limitados pelo sexo, pela raça, pelas crenças, pela religião, ou pela idade.

No entanto, se olharmos mais atentamente para essas mesmas sociedades, estas mostram-nos a existência de atitudes e comportamentos discriminatórios sempre que determinadas circunstâncias colidem com os valores socialmente implantados: quando há limitações de recursos materiais ou simbólicos (postos de trabalho disponível); quando há assimetria de poder entre grupos. A emergência destes conflitos e discriminação entre grupos sociais - a limitação de recursos, a incompatibilidade de objetivos, a assimetria de poder estão muitas vezes na génese do designado preconceito.

Muitas têm sido as tentativas de explicação da génese desses preconceitos, sejam eles de natureza racial, sexual ou religiosa. Neste sentido, faremos um resumo das principais perspectivas teóricas e empíricas sobre os fatores que podem despontar o preconceito, focando-me sobretudo na *Hipótese da Personalidade Autoritária*, *Hipótese do espírito fechado*, *Hipótese da frustração-agressão*, *Hipótese da Privação Relativa*, *Hipótese da oposição de interesses e a competição*, e a *hipótese do contacto*.

A *Hipótese da Personalidade Autoritária* (Adorno, Frenkel-Brunswik, Levinson, Sanford, 1950), que tem como base a teoria de Freud, e onde os autores defendem que a formação de uma personalidade autoritária, está fundamentalmente associada às frustrações a que os indivíduos estão sujeitos ao longo do seu processo de socialização, nomeadamente na infância e adolescência.

A repressão e os padrões severos de disciplina nas crianças, estariam na origem da emergência de fortes impulsos de agressão, que não podendo ser dirigidos diretamente sobre os próprios pais, incidem sobre outros alvos, preferencialmente aqueles que são percebidos como mais fracos e inferiores, e os indivíduos socialmente desviantes e/ou minorias étnicas.

As críticas teóricas e metodológicas à perspectiva da personalidade autoritária como explicação para o preconceito, são sobretudo devidas ao facto desta situar a dinâmica do preconceito na personalidade individual, negligenciando os fatores situacionais e socioculturais. Pettigrew (1958) nos estudos sobre os preconceitos sociais nos EUA e na África do Sul, verificou que os sul-africanos e norte-americanos “brancos”, apresentam níveis elevados de preconceito racial contra os negros, mas não demonstravam níveis elevados de “autoritarismo”. Assim, conclui-se que a origem dos preconceitos raciais não reside em qualquer particularidade ou disjunção da personalidade, mas nas normas sociais dominantes em cada lugar e momento histórico concreto.

Em 1960, e na sequência da perspectiva da personalidade autoritária defendida por Adorno (1950), surge a *Hipótese do espírito fechado* de Rokeach, este autor defende que a hiper-simplificação e a rigidez do estilo de pensamento que Adorno encontrou na personalidade autoritária não eram de facto características do pensamento fascista, racista ou de extrema-direita, mas que se encontra em muitos outros indivíduos e grupos: *o espírito fechado*.

Esta forma de raciocínio define-se por uma separação mental de dois ou mais sistemas de crenças diferentes, de modo a permitir: a conciliação de opiniões de outro modo contraditórias; a resistência dessas crenças à mudança face à nova informação; e o recurso ao argumento da autoridade para justificar a correção das crenças ameaçadas. Assim, o grau percebido de semelhança e de crenças entre as pessoas seria a variável decisiva no desencadeamento da atracção ou rejeição de uns grupos em relação a outro (s), por causa da ameaça que a diferença constitui para o sistema de crenças dos indivíduos.

Nos estudos experimentais, foram inquiridos indivíduos sobre as suas atitudes em relação a outras pessoas que, por descrição ou fotografia, pertenciam ao mesmo ou a outro grupo étnico, e que eram vistas como tendo crenças semelhanças ou diferentes das suas. E os

resultados revelaram que o grau de atracção era mais determinado pelo facto de as crenças serem semelhantes ou diferentes, do que pela pertença ou não ao mesmo grupo étnico, ou seja, um individuo branco mostra preferência maior por um individuo negro com as mesmas crenças, do que por um outro individuo branco com crenças diferentes (Byrne e Wong, 1962; Hendrick, 1971).

A principal crítica a esta perspectiva teórica, através de Brown e Turner (1981), refere que a situação experimental é sobretudo interpessoal, onde os sujeitos não recebem qualquer informação acerca de como as outras pessoas exprimem as suas preferências de raça ou religião, não havendo qualquer garantia de uniformidade intragrupal.

A *Hipótese da frustração-agressão* defendida por autores como Dollard, Doob, Miller, Mowrer e Sears (1939) e reformulada por Miller et al (1941) e Miller (1948), trouxe a questão da hostilidade para o nível de análise situacional, tentando facilitar a compreensão da problemática agressiva nos indivíduos, nos grupos e nas relações entre grupos.

Esta teoria resultante da integração da teoria psicanalítica e da aprendizagem, e defende que a ocorrência de comportamentos agressivos pressupõe sempre a existência de frustração, e que a existência de frustração conduz sempre a alguma forma de agressão.

A expressão da agressão é no entanto socialmente controlada, obrigando as pessoas a deslocarem-na para alvos atingíveis e socialmente admissíveis (grupos desviantes e minoritários), como é o exemplo do anti-semitismo na Alemanha entre as duas grandes guerras. A subida ao poder dos nazis e de Hitler, segundo esta perspectiva só foi possível devido à frustração em relação às expectativas de desenvolvimento, sentidas quando a Alemanha na década de 20 sofreu um grave colapso económico.

Miller (1941) propõe uma modificação da hipótese da frustração-agressão, já que este reconhece que a frustração pode ter outros efeitos, que não exclusivamente a agressão, já que embora a frustração desperte uma tendência para agredir, o organismo pode ter aprendido outras formas de reacção à frustração.

As maiores dificuldades geradas por esta teoria, no que se refere à compreensão dos preconceitos sociais e da génese das relações de conflito entre grupos, são sobretudo: a sobreposição dos níveis de análise interindividual e intergruppal, ou seja, os fenómenos são estudados a nível interindividual, e são generalizados para os fenómenos que ocorrem no quadro das relações entre grupos; e a hipótese de que os preconceitos e a génese dos conflitos radicam-se apenas numa ativação emocional, limitando os conflitos humanos a uma perspectiva irracional, negligenciando a componente estratégica, refletida e orientada do comportamento.

A *Hipótese da Privação Relativa* foca-se na análise do nível intergrupais dos fenómenos conflituais, e desloca o centro das atenções, do estudo das crenças preconceituosas do indivíduo ou dos membros de grupos dominantes para o da emergência de crenças de injustiça social, que tanto podem ocorrer em grupos dominantes como dominados.

O sentimento de injustiça encontra-se associado à percepção de ausência de um recurso (poder, prestígio, dinheiro) a que se julga ter direito, por comparação com a posse do mesmo recurso por parte de um “grupo de referência” (Merton, 1957).

Gurr (1970) reformulou este conceito, chamando a atenção para a importância da diferença percebida entre o que se tem e o que se esperaria ter, considerando um dos principais promotores dos sentimentos de injustiça social e do desencadeamento da violência coletiva. A extensão e a frequência da privação relativa seriam também indicadores da privação sentida e da intensidade do conflito potencialmente emergente.

Os estudos revelaram que não é a posição social objetiva que determina o sentimento de privação, mas que mesmo os grupos objetivamente dominantes podem sentir-se privados em relação aos grupos objetivamente dominados.

Assim, o que motiva o descontentamento e potencia o conflito deixa de ser um estado individual de frustração para passar a ser um sentimento socialmente partilhado de injustiça num quadro de ilegitimidade. O facto de a privação ter um carácter relativo, permite perceber que um grupo privilegiado, ao perceber a sua situação de dominância ameaçada, reaja para reforçar a estrutura da sua dominância.

Walter e Pettigrew (1984) salientam algumas dificuldades associadas a esta teoria, na medida em que esta não prevê, que os grupos vão estabelecer a comparação que está na emergência da privação relativa. No entanto, Runciman (1966) e Gurr (1970) defendem que essas relações estabelecem-se com “outros semelhantes”, percebidos como semelhante no estatuto e no prestígio, e não na função.

No centro da teoria da *oposição de interesses e a competição*, está a perspectiva de que os comportamentos e as atitudes intergrupais por parte dos membros de cada grupo, exprimem os interesses objetivos do seu próprio grupo numa determinada situação. Sempre que esses interesses forem divergentes, mas os grupos necessitarem de estar em relação um com o outro para atingirem esses objetivos, ou quando os interesses forem convergentes mas os recursos limitados, não permitindo que um grupo os atinja, podemos esperar que haja um conflito traduzido em comportamentos e atitudes competitivas, que podem chegar a formas elevadas de hostilidade, ou mesmo de agressão. Pelo contrário, quando os interesses objetivos de dois grupos forem convergentes e os recursos suficientes para que ambos os consigam atingir, é

provável que haja cooperação entre eles, sendo os comportamentos então orientados para a colaboração.

Podemos assim verificar que a divergência de interesses está associada a uma escassez de recursos, que é percebida por ambos os grupos como coincidente. Um dos exemplos mais flagrantes é o conflito entre israelitas e palestinos, que disputam entre si um território a que ambos julgam ter.

Segundo esta perspectiva, o comportamento de discriminação entre grupos, tem origem, não nas características dos indivíduos que interagem, mas na relação que os grupos estabelecem entre si por causa de objetivos que ambos perseguem, como foi estudado nas investigações longitudinais de Sherif (1961), e como é exemplo a “Caverna dos Ladrões”, efetuada em campos de férias com adolescentes dos EUA, e da introdução dos *objetivos superordenados* na redução dos conflitos. A introdução destes objetivos, manifestou-se eficaz na redução de conflitos intergrupais, já que os membros de dois grupos cooperaram verdadeiramente nas atividades que permitiria atingir o objetivo comum, e a participação nessas atividades reduziu o grau de conflitualidade existente entre os grupos e os estereótipos desfavoráveis recíprocos.

A *hipótese do contacto* surge inicialmente na literatura científica, através dos pressupostos da atração interpessoal (ver Byrne, 1969), ou seja, o contacto entre membros de grupos distintos permitiria verificar as semelhanças existentes quanto aos valores, ideias, emoções, permitindo reelaborar a percepção inicial de diferenças. Esta hipótese implica que o preconceito é um julgamento estabelecido na ausência da experiência e do contacto.

No entanto, Allport (1954) sentiu a necessidade de especificar em que condições esse contacto facilitaria a percepção de semelhança entre os membros dos grupos. Assim, o autor elencou três pressupostos que seriam decisivos para a eficácia desse contacto, e na redução da tensão intergrupais: a igualdade de estatuto dos grupos; a existência de objetivos comuns; e um apoio institucional (ao nível de normas e sanções que facilitassem o processo).

Apesar da relevância da hipótese de contacto para a teorização sobre a origem dos preconceitos, vários autores apresentaram através de estudos empíricos, algumas limitações.

Uma das principais limitações apresentadas diz respeito ao nível do contacto, se este é interpessoal ou intergrupais. É que apesar do contacto cooperante se estabelecer, os processos psicológicos envolvidos serão diferentes: o contacto com base na categorização grupal acentua a identificação grupal, a evocação estereotípica, a distintividade grupal e, em condições de estatuto igual ou superior, o favoritismo em relação ao seu grupo (favoritismo endogrupal), enquanto o contacto com base na categorização individual acentua as

características individuais, a identidade pessoal e a distintividade individual nas relações interpessoais (ver Sherif, 1966; Tajfel e Turner, 1979).

Outro dos limites diz respeito aos efeitos positivos do contacto num determinado contexto/situação poder ou não ser generalizado para todas as outras situações de contacto. Uma investigação que contempla esta problemática foi realizada por Harding e Hogrefe (1952), onde foi perguntado aos trabalhadores “brancos” de uma empresa norte-americana, se desejavam continuar a trabalhar com os colegas negros, e a resposta foi positiva, no entanto quando lhes perguntaram se esse contacto com os trabalhadores negros poderia ser alargado a outros contextos (e.g., passar a comer na mesma cantina), a resposta passava a ser negativa.

Outra das limitações apresentadas diz respeito ao facto de não se saber se a percepção de semelhança é ou não fulcral para gerar ou aumentar a atracção entre as pessoas!? E se o mesmo se passa com os grupos, mesmo quando estes apresentam valores, atitudes ou práticas diferentes!?

Os estudos recentes sobre esta problemática (Wilder, 1984; Stephan, 1984) parecem revelar que tanto as semelhanças como as diferenças parecem ser importantes para compreender os efeitos do contacto. E a escolha em acentuar as semelhanças ou as diferenças entre grupos pode ter efeitos diferentes, consoante vá a favor ou contra o enviesamento cognitivo (categorização social).

RACISMO

Conceitos e Definições

No âmbito da literatura da psicologia social, o racismo tem sido um dos principais objetos de estudo, definido como um processo de hierarquização, exclusão e discriminação contra um indivíduo ou toda uma categoria social, e que decorre da percepção de algumas diferenças físicas externas (real ao percebida), à qual é atribuída uma marca cultural interna que define padrões de comportamento.

Esta percepção de diferenças físicas entre os grupos, reflete as assimetrias de poder entre os grupos, uma vez que só se é diferente em face de um padrão de referencia, que define como se deve ser, sendo que estes padrões de referencia são estabelecidos sempre pelos grupos maioritários (Lima & Vala, 2002).

Esta definição pode ser alargada, englobando aspetos relevantes nas representações sociais sobre os grupos minoritários, tendo uma perspectiva multidimensional de crenças, emoções e

orientações comportamentais de discriminação relativamente a indivíduos membros de um exogrupo, categorizado a partir da cor (Vala, Brito e Lopes, 1999).

Sucintamente, é estabelecer uma relação de causalidade entre a cor da pele negra (variações estruturais aparentes), e a percepção do sujeito (indivíduo ou grupo) como preguiçoso, agressivo e alegre (marca cultural externa). Esta é uma clara redução do cultural ao biológico, numa tentativa de fazer o primeiro depender do segundo, tentando explicar uma condição social e cultural por meio de uma característica natural (Delacampagne, 1990).

Enquanto ideologia, o racismo cumpre determinadas funções psicológicas, económicas e políticas (Wetherell e Potter, 1992). Para estes autores, uma das importantes funções do racismo é nos dias de hoje, a organização do trabalho imigrante, reforçando a sistemática criação de desvantagens para as minorias. Além disto, o racismo também oferece aos trabalhadores “brancos” pobres, explicações para a situação de desvantagens sociais, uma vez que o declínio e desemprego desta classe podem ser atribuídos aos imigrantes.

Preconceito e Racismo: Delimitações e semelhanças

Antes de prosseguir no objetivo deste trabalho, é conveniente estabelecer uma relação entre o que são as semelhanças e as diferenças entre os conceitos de preconceito e racismo.

O racismo pode ser distinguido do preconceito por uma série de características, sendo que o racismo repousa sobretudo na crença da distinção natural entre os grupos, e a crença naturalizadora das diferenças entre os grupos, pois está associada à ideia de que os grupos são diferentes porque possuem elementos essenciais que os fazem diferentes, sendo esta diferença definida por formas fixas e imutáveis, ao passo que o preconceito não implica a essencialização ou naturalização das diferenças.

Outra diferença entre racismo e preconceito é que o racismo, diferentemente do preconceito, não existe apenas a um nível individual, mas também a nível institucional e cultural (Jones, 1972). Isto é uma consequência do fato do racismo englobar os processos de discriminação e de exclusão social, enquanto o preconceito permanece normalmente como uma atitude. É devido ao carácter institucional e cultural do racismo, que este é dirigido a um mesmo grupo social, e permite as suas diferentes manifestações em contextos de relações racializadas diferentes.

No que se refere ao que aproxima o preconceito e o racismo, referimos que de entre uma das várias formas possíveis de preconceito, o racismo ou preconceito racial (e.g., Allport, 1954; Stephan, 1985) é uma delas. Ambos (preconceito e racismo) implicam a inferiorização do

outro, ambos têm as suas expressões ou formas de manifestação, definidas em função dos contextos e normas sociais que estejam salientes onde ocorrem, pois cumprem funções sociais associadas à justificação e acomodação de relações intergrupais assimétricas.

Para o presente trabalho e de forma a simplificar os conceitos, considera-se o racismo como uma forma de preconceito racial, ou seja, dirigido a grupos definidos em função de características físicas ou fenotípicas, como a cor da pele.

Assim, sempre que de agora em diante no presente estudo, for utilizado a conceito de racismo, a expressão equivalerá ao preconceito racial.

“Novas” manifestações do racismo

O preconceito racial ou racismo parecem ser tão antigos quanto as relações assimétricas de poder entre os homens, e a simultânea necessidade de justificação dessas relações.

Snowden, (1995), na análise histórica do preconceito, afirma que já existia preconceito na antiguidade greco-romana, embora nessa altura não fosse de base racial, uma vez que não existiam divisões e hierarquias raciais, mas sim de base cultural.

Nos séculos de exploração do trabalho escravo dos negros e de colonização dos índios, o racismo era expresso de forma aberta, pois refletia as normas sociais da época: as normas da discriminação e da exploração. Apenas depois da segunda Guerra Mundial ocorreram mudanças históricas significativas, tais como: a emergência dos movimentos pelos direitos civis nos EUA, os movimentos de libertação de antigas colónias europeias, as consequências do nazismo e a Declaração dos Direitos Humanos associado à queda do mito da hierarquia racial, que mudaram substancialmente as formas de expressão do racismo e do preconceito.

Depois destas “revoluções”, poderíamos esperar que o fenómeno do racismo estava em extinção nas nossas sociedades, no entanto a realidade atual vem negar esta premissa, uma vez que o preconceito e o racismo permanecem como um problema grave e atual.

Os resultados dos estudos feitos sobre preconceito e racismo após a segunda Guerra Mundial indicam invariavelmente uma mudança nas suas formas de expressão (Brown, 1995; Bem Brika et al, 1997; Dovidio & Gaertner, 1998; Pettigrew, 1985). As pessoas, face às pressões da legislação anti-racista e dos princípios da igualdade e da liberdade apregoados pelas democracias liberais, começaram a expressar o seu preconceito de uma forma mais subtil, transferindo o debate para as diferenças culturais, e duma hierarquia cultural. E é neste quadro que se começa a falar de “Novos Racismos”.

Embora menos frequentes (Dovidio & Gaertner, 1998), as expressões mais flagrantes de racismo ainda existem, e com consequências institucionais nefastas para os grupos estigmatizados.

As “novas” teorias sobre o preconceito e racismo, produziram na psicologia social varias teorizações, e muitos têm sido os autores que as têm formalizado, das quais se destacam: o racismo moderno (McConahay, 1986); o racismo simbólico (Kinder & Sears, 1981); o racismo ambivalente (Katz & Hass, 1986); o preconceito subtil (Meertens & Pettigrew, 1995); e o racismo aversivo (Gaertner & Dovidio, 1977). Todos estes autores descrevem processos discriminatórios menos flagrantes e mais encobertos, sendo que as suas evidências empíricas foram recolhidas sobretudo nos Estados Unidos, mas também na Europa e na Austrália.

Racismo Simbólico

O racismo simbólico (Sears & Kinder, 1971; Sears & McConahay, 1973) representa uma forma de resistência à mudança no *status quo* das relações racializadas nos EUA pós Declaração dos Direitos Civis. Esta forma de racismo baseia-se em sentimentos e crenças de que os negros violam os valores tradicionais americanos do individualismo ou da ética protestante (obediência, ética do trabalho, disciplina e sucesso) (Kinder & Sears, 1981), sendo por isso uma ameaça simbólica.

Nesta perspectiva as atitudes contra os negros decorrem menos da percepção por parte do grupo dominante de que os negros constituem uma ameaça económica concreta, e mais da percepção dos negros como uma ameaça simbólica, dos valores e da cultura do grupo dominante.

Racismo Moderno

A teoria do racismo moderno (McConahay & Hough, 1976), por sua vez, surge de uma necessidade empírica: medir as atitudes raciais públicas dos indivíduos, quando as normas sociais inibem as expressões abertas de racismo. O conceito de racismo moderno, assim como o do racismo simbólico, reflete a percepção de que os negros recebem mais do que merecem, e que violam os valores da igualdade e liberdade importantes para os “brancos”, e não os conflitos de interesses económicos.

Assim, de forma sucinta o racismo moderno baseia-se no seguinte conjunto de crenças e avaliações: a) a discriminação é uma coisa do passado porque os negros podem agora competir e adquirir as coisas que pretendem; b) os negros estão a “subir” economicamente muito rápido, e em setores nos quais não são bem-vindos; c) os meios e as contestações dos

negros são inadequados ou injustas; d) os ganhos recentes dos negros não são merecidos e as instituições sociais dão-lhes mais atenção do que eles merecem (McConahay, 1986).

Preconceito Subtil

Segundo os autores (Pettigrew & Meertens, 1995), que estudaram o preconceito racial sobretudo na Europa, e que teve como grupo alvo as antigas colônias de países europeus, começa por distinguir entre racismo flagrante e racismo subtil, onde caracteriza o racismo flagrante como um tipo de racismo mais direto e aberto, ao passo que o racismo subtil seria mais indireto e distante.

Enquanto para o racismo flagrante os autores distinguem duas dimensões: a dimensão de ameaça e rejeição do exogrupo, que se baseia na percepção de que os membros do exogrupo constituem uma ameaça sobretudo económica, e que por isso devem ser rejeitados; e a segunda dimensão seria a rejeição da intimidade, definida como uma rejeição emocional ao contacto íntimo, concretamente o contacto sexual e o casamento.

Segundo esta conceção teórica, as sociedades ocidentais desenvolveram progressivamente a partir da 2ª segunda guerra mundial, uma norma social contra as crenças e os comportamentos racistas tradicionais, podendo a relação dos indivíduos com esta norma ser tipificada a partir dos processos de influência social (Kelman, 1961): com a rejeição, aceitação ou internalização da norma anti-racista.

Racismo ambivalente

A teoria do racismo ambivalente foi criada e desenvolvida por Katz, Wackenhut e Hass (1986), que entendem o racismo como o resultado do conflito de atitudes e de sentimentos dos americanos “brancos” em relação aos americanos negros, conflito este motivado pela coexistência de sentimentos de simpatia e de rejeição em relação aos negros. Os negros seriam simultaneamente percebidos pelos “brancos” como desviantes e em desvantagem social, o que geraria sentimentos contraditórios de aversão e simpatia.

Os autores afirmam que a ambivalência é a característica mais saliente nas relações raciais dos norte-americanos “brancos”, considerando que os valores determinam as atitudes e os comportamentos, e analisam um suposto conflito entre duas orientações dos norte-americanos. Por um lado, existe uma valorização da democracia e do igualitarismo, e por outro o individualismo caracterizado pela ênfase na liberdade pessoal, na autoconfiança, e na devoção ao trabalho. Assim, ao aderir aos valores da igualdade e do humanitarismo, os “brancos” podem sentir simpatia pelos negros, visto que estão em pior situação social e

económica. Por outro lado, a adesão aos valores do individualismo, típicos da ética protestante, levaria os “brancos” a identificarem os negros como sendo desviantes em relação a estes valores fundamentais.

Para Katz e Hass (1988) a ambivalência estrutura dois tipos de atitudes, as atitudes pró e as atitudes anti-negros. As atitudes anti-negros incluem crenças e avaliações sobre as características de “desvio cultural” e associam aos negros afetos negativos. As atitudes pró-negros refletem a percepção de desvantagem dos negros e produzem afetos positivos, tais como piedade e simpatia.

A principal hipótese estudada pelos autores, e que resulta destas afirmações, é a de que quanto maior a saliência dos valores do individualismo, maior a emergência dos sentimentos negativos e portanto, maior a discriminação contra os negros; por outro lado, quanto maior a saliência dos valores do igualitarismo, maior a emergência dos sentimentos positivos e menor a discriminação contra os negros.

Estas hipóteses recebem suporte empírico, onde os autores encontram uma correlação positiva entre a adesão aos valores da ética protestante e as atitudes anti-negros, e uma correlação também positiva entre a adesão aos valores do igualitarismo/humanitarismo e as atitudes pró-negros.

Num segundo estudo, os autores analisam os efeitos das escalas de Ética Protestante e de Igualitarismo, manipuladas enquanto contextos ou estímulos de resposta sobre as atitudes pró e anti-negros. Os autores verificam que o grupo de participantes “brancos” que respondeu à escala de Ética Protestante (condição individualista) apresenta mais atitudes anti-negros do que o grupo que respondeu a uma escala neutra sobre efeitos da alimentação na saúde (condição controle). Entretanto, o grupo que respondeu à escala de Igualitarismo/Humanitarismo (condição igualitária) não se diferenciou da condição controle nas atitudes pró-negros.

Racismo Aversivo

Gaertner e Dovidio (1986) inspirados na análise das relações raciais americanas, feita por Joel Kovel na década de 70, distinguem entre duas formas de racismo, os racistas dominantes (ou flagrantes), raros nos dias de hoje, e os indivíduos que se distinguem pela força com que adotam os valores do igualitarismo e tentam “auto-apresentar-se” como pessoas igualitárias e sem preconceito racial; estes são os racistas aversivos, os que parecem ter aversão ao racismo. A teoria do racismo aversivo, parte da pressuposição de que a natureza fundamental das atitudes dos americanos “brancos” para com os negros não é nem totalmente negativa nem

totalmente favorável, mas sim ambivalente, pois reflete em simultâneo a crença de que a sociedade norte-americana é democrática e cristã, e o facto de os negros serem violentamente discriminados e segregados.

Para Gaertner e Dovidio (1986) o racismo aversivo seria o tipo de atitude racial que caracterizaria muitos americanos “brancos” que possuem fortes valores igualitários, mas que experienciam um tipo particular de ambivalência, resultante do conflito entre sentimentos e crenças associados a valores igualitários e sentimentos negativos face aos negros.

Estes sentimentos e crenças negativas, de acordo com a teoria, seriam uma decorrência de dois mecanismos: a) do contexto racista de socialização a que os atores sociais estão sujeitos, e b) dos mecanismos da categorização e do viés endogrupal, que contribuem para o desenvolvimento dos estereótipos e do preconceito.

Os sentimentos negativos em relação aos negros que caracterizam a ambivalência, nos racistas aversivos não são sentimentos de hostilidade ou ódio, mas de desconforto, nervosismo, ansiedade e algumas vezes medo das pessoas negras.

Estas emoções motivam mais a evitação do contacto próximo do que comportamentos destrutivos e violentos (Dovidio & Gaertner, 1986; Gaertner & Dovidio, 1998).

Os pressupostos empíricos (Gaertner & Dovidio, 1998) da teoria do racismo aversivo derivam da hipótese que: quando as pessoas são confrontadas com situações de contacto inter-racial nas quais a resposta apropriada é clara, em que o certo e o errado estão claramente definidos, os racistas aversivos não discriminam os negros, e têm um tratamento igualitário para negros e “brancos”. Entretanto, quando a norma igualitária não está explícita na situação ou existe um contexto que justifica a discriminação, os racistas aversivos discriminam os negros.

O que aproxima e afasta as “novas” formas de racismo

Todas estas “novas” formas de expressão do racismo têm em comum o facto de sustentarem que o racismo se manifesta hoje de uma forma indirecta ou encoberta, e que este carácter indirecto reflecte a preocupação em não ferir frontalmente a norma anti-racista vigente, e assim não ameaçar a auto-imagem de pessoa igualitária, e por outro lado, a possibilidade destas expressões aparentemente menos violentas transformarem-se em manifestações flagrantemente agressivas, quando existia um contexto social, económico e político que as legitime e justifique.

Específico a cada uma das “novas” expressões do racismo é o seu carácter cultural e histórico, e que reflete as vicissitudes das relações “inter-racializadas” de cada contexto onde emergem.

No entanto, enquanto as teorias do racismo simbólico (Kinder & Sears, 1981; McConahay & Hough, 1976) e do preconceito subtil (Pettigrew & Meertens, 1995) analisam os aspectos mais velados do racismo e os efeitos da norma social anti-racista na expressão do racismo, enfatizando pouco a importância da saliência contextual de resposta no racismo, as teorias do racismo ambivalência Katz, Wackenhut e Hass (1986) e do racismo Aversivo (Gaertner & Dovidio, 1986) assemelham-se em muitos pressupostos, já que tanto o racista ambivalente quanto o racista aversivo procura manter uma auto-imagem e imagem pública de pessoa igualitária e não preconceituosa. Em ambas as perspectivas (Racismo Ambivalente e Aversivo), a noção de conflito ou de ambivalência está colocada num nível intrapsíquico e a resolução deste conflito é entendida como sendo primordialmente não-consciente (Walker, 2001).

Racismo em Portugal

A Revolução de 25 de Abril de 1974, a descolonização e a consolidação da democracia, vieram provocar um aumento significativo da população residente em Portugal, não só devido ao regresso de um número significativo de portugueses residentes nas ex-colónias e na Europa, mas sobretudo pelo aumento dos fluxos de imigração.

Na segunda metade da década de 70 assistiu-se a um aumento substancial no crescimento da população residente em Portugal em resultado do processo de descolonização. Um primeiro fluxo constituído pelo regresso dos portugueses das ex-colónias, e um segundo fluxo constituído por uma população africana dos *Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa* (PALOP).

Mas foi sobretudo depois da adesão de Portugal à *Comunidade Económica Europeia* (1985) que a imigração passou a assumir uma importância crescente, e, acentuando-se ainda mais desde a concretização dos Acordos de Schengen (2007), permitindo a livre circulação de pessoas na *União Europeia* (UE). O fim da *União das Repúblicas Socialistas Soviéticas* (URSS) em 1989, e as subsequentes alterações profundas na geopolítica europeia, levaram a um aumento exponencial de imigrantes oriundos dos países do Leste.

Em 2009, dos 451.742 indivíduos imigrantes em situação regular no país (Anuário Estatístico do Instituto Nacional de Estatística 2009), sendo as comunidades imigrantes mais representativas em Portugal, a brasileira, a Cabo-verdiana, e a dos países de Leste (e.g., Ucrânia, Moldávia e Roménia).

Apesar de todos os problemas atuais que Portugal enfrenta, nomeadamente com a crise económico-financeira, e a taxa elevada de desemprego, Portugal era até bem pouco tempo um

país atrativo para estas comunidades imigrantes, devido ao desenvolvimento económico conseguido, ao aumento da esperança média de vida e a diminuição da taxa de natalidade.

Apesar do significativo crescimento desta imigração em Portugal, até meados da década de 80 eram escassíssimos os estudos sobre a problemática da imigração e do racismo em Portugal, e só a partir da segunda metade da década de noventa a problemática da imigração, do racismo e etnicidade tem vindo a ser objecto social de reflexão, sobretudo da Sociologia e da Psicologia Social.

Especialmente relevantes para esta problemática, têm sido os trabalhos realizados sobre as estratégias identitárias e as representações dos jovens africanos ou de origem africana em Portugal, assim como os trabalhos que se debruçam sobre a identidade nacional, os valores da sociedade portuguesa, e, muito particularmente, sobre as representações e atitudes dos portugueses face às diversas minorias raciais ou étnicas em Portugal (e.g., Cantador, 2001; Delgado, 1997; Khan, 1998; Saint-Maurice, 1997; Machado, 1998; Alves e Ávila, 1994; Bastos, 1990; Magalhães, 1994; Viegas, 1998).

No domínio da psicologia social, merece especial destaque o estudo pioneiro de Jorge Vala e colaboradores (Vala, 1999; Vala, Brito e Lopes, 1999) que permitiu aferir e evidenciar as novas formas de racismo em Portugal, estudo que desenvolveremos em detalhe na secção dos estudos relevantes.

NORMAS SOCIAIS

Normas Sociais: Conceito e Definições

As normas sociais têm um papel crucial na relação com os outros, já que englobam um conjunto de regras e prescrições relativas a maneira de perceber, de pensar, de sentir e de agir. São escalas de referência ou de avaliação que definem a latitude dos comportamentos, atitudes, e opiniões permitidas e repreensíveis (Sherif, 1965). Criam ordem e estabilidade, e a partir daí, a previsão, tornando-se assim primordial no funcionamento social, pois reduzem a incerteza. Alguma dessas normas estão tão inscritas na nossa organização social que nem por um minuto pensamos em infringi-las ou contestá-las.

Sherif, psicólogo de origem turca, que conduziu os primeiros estudos em torno das normas sociais (efeito autocinético, 1936) no contexto da psicologia social, pretendeu demonstrar como, das interações entre pessoas, emergem “produtos originais” que constituem regras de comportamentos. Segundo o autor, não é possível entender o que acontece num grupo, se nos

limitarmos a estudar as pessoas isoladamente, onde são as normas a assumir as funções de regular e simplificar as interações sociais. Sherif parte do princípio de que, se um grupo de pessoas perante uma situação incerta e instável, desenvolvesse um quadro de referência comum e específico, com o intuito de lhe "dar uma espécie de ordem", então estaria perante o protótipo do processo psicológico da formação de uma norma de grupo (Sherif, 1936).

Cialdini e Trost (1998) por sua vez definem as normas sociais como regras ou padrões compartilhados pelos membros de um grupo, guiando os seus comportamentos sem a força de uma lei explícita. Enquanto Miller e Prentice (1996) definem as normas sociais como atributos de um grupo, que descrevem e prescrevem comportamentos, mas acrescentam que essas normas não são fixas e podem ter origem na necessidade de cada ocasião, variando conforme o contexto. Para Turner (1991), uma norma social é uma forma geralmente aceite de pensar, sentir ou comportar-se, que é aprovada e esperada porque é percebida como um direito e o apropriado a fazer.

Apesar das normas sociais terem sido conceptualizadas de diferentes formas (Cialdini, Kallgren & Reno, 1991; Cialdini & Trost, 1998), é consensual defini-las como elementos que definem um padrão de comportamento apropriado ou desejável para os membros de determinado grupo ou unidade social, ou seja, são regras explícitas ou implícitas que descrevem e prescrevem comportamentos numa determinada circunstância, e que se estruturam através de valores sociais (Sherif, 1967 e Hogg & Vaughan, 1995).

Todos os grupos humanos seguem normas definidas, que podem ser exclusividade de uma determinada cultura ou universais.

Consideram-se que as normas sociais podem ser classificadas em diferentes tipos, conforme o tipo de contributo que oferecem aos membros do grupo no qual emergem (Cialdini, Kallgren e Reno, 1991; Cialdini & Trost, 1998). Deste modo, segundo Cialdini e Trost (1998), as normas podem ser classificadas em *descritivas*, *prescritivas* e *subjectivas*.

As *normas descritivas*, que podem também ser designadas por populares (Cialdini, Kallgren e Reno, 1991), já que são as que descrevem o comportamento adequado para uma determinada situação, são normas informativas que se determinam a partir daquilo que os "outros indivíduos fazem" numa determinada situação, tornando-se cada vez mais consistentes, quantos mais indivíduos se comportem numa determinada forma (Cialdini & Trost, 1998).

As *normas injuntivas ou prescritivas*, prescrevem o comportamento no sentido do que se "deveria fazer", constituindo as regras morais do grupo (Cialdini, Kallgren e Reno, 1991).

São normas diretamente relacionadas com a aprovação ou desaprovação dos outros, que motivam o comportamento dos indivíduos tendo subjacente as recompensas ou punições por parte dos outros.

O nosso comportamento normativo é assim influenciado pela percepção que fazemos relativamente às expectativas que os outros têm relativamente a nós e ao nosso comportamento.

De acordo com Kelman (1958), a “aquisição” destas normas sociais passam por 3 processos:

a) *Aceitação*, que ocorre quando um indivíduo aceita a norma porque pretende obter aprovação de outra pessoa ou do grupo; b) *Identificação*, que ocorre quando o indivíduo adota a norma para manter boas relações com outra pessoa ou com um grupo; c) *Internalização*, que ocorre quando o indivíduo aceita a norma porque esta lhe é intrinsecamente valorizada.

Assim, podemos considerar que as “novas” formas de racismo reflectem processos diferenciados de aceitação, identificação e internalização da norma da igualdade. Os racistas “flagrantes” seriam aqueles que não aceitam a norma da igualdade, os racistas “subtis” seriam os que apesar de terem aceite e se identificado com a norma da igualdade, não a interiorizaram, de modo que, quando existe um contexto propício, o comportamento discriminatório pode ocorrer. Já os indivíduos “igualitários”, são aqueles que aceitaram e interiorizaram a norma igualitária.

Normas Sociais e Racismo

O pioneiro no estudo da influência das normas sociais sobre os processos psicológicos foi Sherif (1936) com os experimentos sobre o efeito auto-cinético, onde verifica que os indivíduos necessitam de padrões e referências para fazerem as suas avaliações e julgamentos, e que quando numa situação coletiva, é o grupo que fornece essas referências.

É neste sentido que em 1952, Minard realiza um estudo sobre racismo nas minas de carvão nos EUA, onde verifica que os mineiros “brancos” discriminavam os colegas negros fora das minas, mas dentro das minas esta discriminação racial desaparecia.

No final desta mesma década, Thomas Pettigrew (1958), estudando as relações racializadas nos EUA e na África do Sul do Apartheid, realiza as principais análises empíricas sobre o papel das normas ou contextos socioculturais no racismo. Pettigrew verifica que as expressões de racismo nesses dois países refletem muito mais as pressões das normas culturais para a discriminação, do que fatores relacionados com a personalidade dos atores sociais.

Este interesse sobre a temática, ressurgiu recentemente também noutros estudos, que têm identificado uma relação positiva entre a adesão aos valores da competição, da ética protestante, da meritocracia e do individualismo com o preconceito e com racismo (e.g., Correia, Brito, Vala, & Perez, 2001; Katz, & Hass, 1988; Lima, & Vala, 2002, 2004b; Schwartz, 1996; Vala, Brito, & Lopes, 1999; Vala, Lima, & Lopes, 2002).

Assim, parece que o mecanismo sócio-cognitivo que define os efeitos do individualismo e da competição no preconceito e no racismo refere-se à necessidade de justificação da situação social e económica dos grupos, e à crença de que as pessoas recebem o que merecem. Essas crenças são centrais na definição do Individualismo e da Meritocracia que caracterizam a competição e podem ser definidas como “ideologias legitimadoras”.

Relativamente às normas sociais que reduzem esse preconceito e racismo, vários estudos têm verificado que são as normas da igualdade e do humanitarismo as responsáveis pela redução do viés endogrupal, e pela inibição dos estereótipos ou da despersonalização de alvos minoritários (e.g., Goodwin, Gubin, Fiske, & Yzerbyt, 2000; Lima, & Vala, 2002).

O conjunto dos resultados demonstram que, embora as normas sociais não sejam o único factor explicativo do racismo, elas são fundamentais na compreensão deste fenómeno e dos efeitos das outras variáveis sobre ele (Turner, 1987; Terry, Hogg e Blackwood, 2001).

Individualismo Meritocrático, Igualitarismo e Racismo

A expressão do racismo surge muitas vezes associada à adoção dos valores do poder, da competição social e da realização individual, valores estes que suportam a norma da ética protestante, ou individualismo meritocrático. As teorias do racismo moderno, racismo simbólico e do racismo ambivalente abordados anteriormente, afirmam que as atitudes e sentimentos negativos dirigidos aos negros, decorrem em muito da perceção por parte dos “brancos”, de que os negros são desviantes em relação aos valores da ética protestante.

Por outro lado, varias teorias sobre as “novas” manifestações do racismo, defendem que a expressão das atitudes e sentimentos positivos face aos negros decorre da perceção de que os negros estão em desvantagem e da necessidade dos atores sociais de se auto-representarem como igualitários (Gaertner & Dovidio, 1986; Katz & Hass, 1988).

Assim, parece unânime descrever a norma do individualismo meritocrático como estando na génese do “acréscimo” do preconceito e do racismo, e a norma da igualdade a responsável pelo controle desses mesmos fenómenos. As pressões opostas dessas duas normas, fariam

com que os atores sociais experimentassem alguma ambivalência de atitudes e sentimentos face aos membros de grupo minoritários.

Foi Myrdal (1944), o primeiro autor a referir a ambivalência como principal característica do racismo. Esta ambivalência surgiria devido, por um lado, pelos princípios democráticos da igualdade de todos perante a lei, definidores da norma igualitária, e por outro lado, os princípios da competição e da busca do poder e da realização individual, definidoras da norma do individualismo meritocrático.

Katz & Hass (1988) realizaram dois estudos em que analisaram o efeito da norma da igualdade nas atitudes contra e a favor dos negros nos EUA. No primeiro verificaram que existe uma correlação significativamente positiva entre as atitudes pró-negros e a adesão dos participantes aos valores do igualitarismo, e uma correlação negativa do igualitarismo em relação às atitudes anti-negros. No segundo estudo, onde os autores utilizaram os valores igualitários como um priming, os participantes depois de responderem a uma escala de igualitarismo, a escala da ética protestante, ou ainda uma escala neutra, respondiam às escalas pró e anti-black (Katz e Hass, 1988). Os resultados indicaram que, existe um efeito significativo do priming, onde os participantes que foram ativados pelo igualitarismo, responderam mais favoravelmente à escala Pro-Black do que os participantes nas outras condições (prime da ética protestante e prime neutro).

No mesmo Estudo, Katz & Hass, 1988 analisaram também os efeitos da norma do individualismo meritocrático, manipulado através de uma escala da ética protestante. Sendo que os resultados indicaram que, enquanto variável de diferenciação individual, uma maior adesão ao individualismo meritocrático implica atitudes mais negativas para com os negros. Enquanto na saliência da norma individualista, os autores observaram que o simples facto de responderem à escala de ética protestante torna as atitudes dos participantes menos favoráveis aos negros.

ESTUDOS RELEVANTES

Na área da Psicologia Social, muitos têm sido os estudos empíricos ao longo das últimas décadas, que se têm debruçado sobre a temática do racismo e da influência que as normas sociais têm sobre o mesmo.

Dada a impossibilidade de enunciar todos esses estudos, ainda que tenha referido muitos deles ao longo de secções anteriores, iremos focar-nos no que consideramos ser os mais relevantes para o presente estudo.

Gaertner (1973), no âmbito da perspectiva do Racismo Aversivo, realizou um dos estudos pioneiros sobre o racismo, através de dois experimentos. No experimento 1, membros do partido Liberal e do partido Conservador receberam chamadas telefónicas aparentemente erradas que rapidamente se tornaram num pedido de ajuda. Estas chamadas eram feitas por dois comparsas do experimentador, que podiam ser claramente identificados pela sua pronúncia, como sendo Branco ou Negro. Assim, o comparsa explicava que o seu carro estava avariado, e que estava a tentar chamar o reboque de um telefone público. Acrescentava ainda que já não tinha forma de fazer outra chamada e pedia ao participante para o ajudar, telefonando ele para o serviço de reboque. A variável analisada era o comportamento de ajuda, expresso pelo facto do indivíduo telefonar ou não para um suposto número de reboque, onde outro comparsa do experimentador atendia a chamada.

Os resultados indicaram que os Conservadores prestaram menos ajuda aos Negros do que aos Brancos e que, embora os Liberais ajudassem o Negro e o “Branco” igualmente, desligavam a chamada mais frequentemente ao Negro do que ao Branco.

No experimento 2, o autor entrevistou outros membros dos partidos Liberal e Conservador sobre o que eles achavam que fariam se recebessem chamadas telefónicas erradas de um motorista Negro e de um motorista Branco pedindo ajuda. Os resultados indicaram que a disposição expressa para ajudar a ‘vítima’ Negra era igual à disposição expressa para ajudar a ‘vítima’ “Branca”, e que não existia qualquer diferença entre Liberais e Conservadores nesse comportamento.

Assim, Gaertner (1973) concluiu através destes dois experimentos, que quando a norma anti-racista está saliente, como é o caso do experimento 2 nas entrevistas aos membros dos partidos liberal e conservador, a discriminação no comportamento de ajuda não se manifesta. Por outro lado, no experimento 1, onde as normas são mais ambíguas, as respostas discriminatórias são evidentes, manifestando-se o racismo aversivo por parte dos liberais e conservadores.

Vala, Brito e Lopes (1999) realizaram uma investigação empírica sobre o racismo na sociedade portuguesa, recorrendo a uma amostra aleatória de 600 indivíduos, com idades entre os 18 e os 64 anos, residentes na região da Grande Lisboa.

O estudo procurou sobretudo identificar os factores que podem facilitar a ocorrência de comportamentos racistas, e não investigar se os portugueses são ou não racistas.

Estudar o racismo numa perspectiva psicossociológica significa, determinar os factores de ordem cognitiva e motivacional, intergrupar e normativa cuja articulação contextual torna provável as crenças, atitudes e a manifestação de comportamentos racistas. As questões

contextuais e normativas assumem assim uma enorme importância, já que estudar o racismo nos dias de hoje, em sociedades formalmente anti-racistas, implica saber identificar as manifestações mais subtis deste fenómeno, aquelas que não questionam a auto-imagem anti-racista.

Assim, para o estudo as escalas de racismo subtil e flagrante foram integradas num questionário mais vasto, e que foi aplicado a ‘portugueses’ (*brancos*) por entrevistadores também eles ‘portugueses’ (*brancos*), tendo como grupo alvo os ‘negros’. Assim, os inquiridos eram colocados perante a dicotomização entre a categoria endogrupal ‘os portugueses’ e a categoria exogrupal “os negros”.

Os portugueses parecem ter interiorizado a norma anti-racista vigente na sociedade, o que os impede de exprimir publicamente formas de discriminação flagrantes, que contrariem claramente essa norma. No entanto, as suas respostas revelam formas de discriminação mais subtis que, não contrariando claramente a norma anti-racista, não deixam de ser formas de discriminação.

O conjunto de resultados apresentados demonstrou que as crenças racistas organizam-se em Portugal de forma semelhante à de outros países europeus; e que os factores que estão na sua génese não são significativamente diferentes daqueles que subjazem ao racismo subtil ou flagrante noutros países; e que, em Portugal, tal como nos restantes países europeus, a norma anti-racista incide sobre o racismo flagrante, mas não sobre o racismo subtil.

Dovidio e Gaertner (2000), num estudo mais recente, afirmam que, mesmo quando as directrizes normativas são claras, os racistas aversivos podem enumerar factores não raciais para justificar uma resposta negativa em relação aos Negros. Para demonstrar este pressuposto, os autores utilizaram uma situação de selecção de candidatos para um emprego, na qual os participantes avaliavam os supostos candidatos com base em extractos de entrevistas. Os extractos de entrevistas apresentavam três condições: altas qualificações (um pré-teste indicou que o candidato seria aceite em 85% dos casos); fracas qualificações (o candidato seria aceite em 15% dos casos) e qualificações moderadas (o candidato seria aceite em 50% dos casos). Os participantes avaliavam um candidato “Branco” ou um candidato Negro. Segundo os autores, a discriminação contra os Negros só aconteceria num contexto em que houvesse uma justificação não racial, ou seja, no contexto de qualificação moderada.

De facto, os resultados indicaram que na condição ambígua, ou seja, quando as qualificações dos candidatos eram moderadas, os participantes recomendaram o candidato negro menos do que o candidato branco. Nas outras condições não houve diferenças significativas nas recomendações de contratação para o candidato branco e para o candidato negro.

Apesar da vasta teorização apresentada anteriormente acerca das “novas” manifestações do racismo, o presente trabalho pretende aprofundar os pressupostos teóricos do *Racismo Aversivo* (Gaertner & Dovidio, 1986), lembrando que os principais pressupostos empíricos para os autores, são de que, quando as pessoas são confrontadas com situações de contacto interracial onde a resposta apropriada é clara, e em que o certo e o errado está claramente definido, os racistas aversivos tendem a não discriminar os negros, e quando o fazem procuram justificações não racistas. Pelo contrário, em situações em que a estrutura normativa é ambígua e não está explícita, essas mesmas pessoas podem apresentar comportamentos discriminatórios (Gaertner & Dovidio, 1998).

Tendo em conta estas conceções teóricas, e numa altura em que Portugal atravessa um cenário de grave crise económica, ao qual se junta uma taxa histórica de desemprego, e onde os valores do individualismo e meritocracia parecem imperar, o presente trabalho tem o objetivo de verificar o papel das normas sociais da meritocracia e do igualitarismo na discriminação de imigrantes Cabo-verdianas e Brasileiras, num contexto de seleção para uma vaga de emprego. Tendo em conta o quadro teórico atrás apresentado, e as evidências empírica recolhidas nos vários estudos, para o presente trabalho é esperado que elevados valores na escala do igualitarismo, estejam associados à não discriminação das candidatas imigrantes, em oposição com elevados valores na escala da meritocracia, que estarão associados à discriminação das candidatas imigrantes.

É esperado ainda, que nas situações onde as imigrantes têm qualificações superiores à das Portuguesas, não haja discriminação, enquanto que, quando as candidatas imigrantes e as portuguesas têm as mesmas qualificações, sobretudo na norma meritocrática, os participantes tendem a manifestar discriminação e favorecimento endogrupal, ou seja, é esperado que haja diferenças significativas no racismo, quando as candidatas Cabo-verdianas e Brasileiras têm qualificações iguais às Portuguesas, sobretudo quando a norma Meritocratica está saliente.

OBJETIVO DO ESTUDO

O presente estudo, tem como objetivo verificar a influência que as normas sociais da meritocracia e do igualitarismo têm, na discriminação de imigrantes (Cabo-verdianas e Brasileiras), num contexto de seleção para um emprego.

Hipóteses

H1: Nas situações em que os participantes são primados com a norma do igualitarismo, e em que as três candidatas têm iguais qualificações, a discriminação das candidatas imigrantes é significativamente mais baixa, quando comparada com as situações onde os participantes são primados com a norma da Meritocracia.

H2: Quando as 3 candidatas têm iguais qualificações, as candidatas Brasileiras e Cabo-verdianas são significativamente menos selecionadas que a candidata Portuguesa.

H3: Quando as qualificações de uma das candidatas imigrantes (Cabo-verdiana ou Brasileira) são mais elevadas, não há discriminação das candidatas imigrantes.

MÉTODO

Design Experimental

O desenho experimental do presente estudo é 3 (Nível de Qualificações das Candidatas: maiores qualificações da candidata Cabo-verdiana; maiores qualificações da candidata Brasileira; iguais qualificações das três candidatas) X 2 (Normas Sociais: Igualitarismo e Meritocracia)

Participantes

Participaram neste estudo, 150 estudantes universitários portugueses “brancos”, 55% do sexo feminino e 45% do sexo masculino, com uma média de idades de 23 anos, e que se disponibilizaram voluntariamente para participar no estudo. Os participantes foram distribuídos aleatoriamente nas 6 condições experimentais (25 participantes por condição), conforme a combinação do tipo de norma (meritocrática ou igualitária) e as qualificações das candidatas (maiores qualificações da candidata Brasileira, maiores qualificações da candidata Cabo-verdiana e iguais qualificações das 3 candidatas).

Instrumento

Através do trabalho exploratório inicialmente realizado, escolhemos os itens considerados mais relevantes e construímos um questionário, e que é constituído por:

- Escala de Igualitarismo e Escala da Meritocrática de Katz & Hass, (1988), adaptada para português por Lima (2002).

- Paradigma experimental adaptado dos estudos de Dovidio e Gaertner (2000); Pereira, Torres e Almeida (2003); Pereira & Vala (2007). O paradigma consistia sucintamente numa situação de selecção de candidatos para um emprego, na qual os participantes avaliavam os supostos candidatos com base em extractos de entrevistas. Os extractos de entrevistas apresentavam três condições: altas qualificações; fracas qualificações e qualificações moderadas, sendo que os participantes teriam de seleccionar o candidato “Branco” ou um candidato Negro.
- Escala de cinco pontos entre “ 5 = concordo totalmente” e “ 1 = discordo totalmente”, para aferir da convicção, legitimidade e justiça da selecção do candidato.
- Escala dicotómica de “Sim” e “Não como base na hipótese do contacto (Allport, 1954), e que pretende aferir se os participantes têm ou tiveram vizinho(a)s, amigo(a)s, Colega de trabalho, na família, um pessoa Cabo-verdiano(a) e Brasileiro(a).

Procedimentos

Este estudo foi efectuado em contexto de sala de aula, com a duração aproximadamente de 15 minutos. Na apresentação do questionário a entrevistadora “Branca” (para não existir viés) informava o(a)s participantes que o questionário a que iriam responder contribuiria para um estudo sobre as perceções dos estudantes universitários sobre diversos temas da atualidade, isto para evitar ao máximo a desejabilidade social associada ao tema do Racismo.

A entrevistadora apelava à sinceridade dos participantes nas respostas ao questionário, e garantia o total anonimato, sendo que, os estudantes que não quisessem participar no estudo, eram convidados a abandonar a sala de aula.

Quando todos os estudantes já tinham recebido o questionário, as instruções constantes na folha de rosto do questionário eram lidas e dado um exemplo de resposta usada no questionário. Depois de certificado que todos os estudantes não tinham dúvidas quanto às formas de resposta ao questionário, pedia-se-lhes para responderem a todas as questões colocadas página a página, e sem voltar atrás. (ver Anexo 1 – pág. 46).

RESULTADOS

De forma a responder às hipóteses formuladas, a análise estatística foi efetuada através do SPSS, recorrendo ao teste Qui-Quadrado (χ^2), com o intuito de analisar a relação entre as diferentes variáveis independentes (*normas sociais e qualificações das candidatas*) e as variáveis dependentes (*1ª Escolha, 2ª Escolha, 3ª Escolha*).

Assim, através do teste do χ^2 , testamos a hipótese 1, que avalia a relação entre a variável independente *normas sociais* (igualitarismo e meritocracia) e a variável dependente *1ª escolha*. Os resultados da interação entre as variáveis foi $\chi^2 = 2.235$, $p = 0,327$ ($p < 0.05$). Através dos resultados obtidos não foi possível confirmar a hipótese 1, já que existem diferenças estatísticas entre as três candidatas quando as qualificações das candidatas são iguais (ver Anexo 3 – pág. 50). A não confirmação da hipótese 1, significa que as variáveis Normas Sociais (igualitarismo e meritocracia) e a 1ª escolha são independentes, ou seja, a primazia da norma, seja esta do igualitarismo ou da meritocracia, não influencia as escolhas dos participantes.

Para testar as hipóteses 2 e 3 foi aplicado novamente o teste χ^2 , desta vez relacionando a variável independente *qualificações das candidatas* (maiores qualificações da Cabo-verdiana; maiores qualificações da Brasileira; iguais qualificações das 3 candidatas) e a variável dependente *1ª escolha*. E os resultados obtidos foram um $\chi^2 = 136.548$, $p = 0,000$ ($p < 0.05$). Estes resultados vêm confirmar a hipótese 2 e 3, já que existem diferenças estatísticas entre as três candidatas quando estas têm qualificações iguais (hipótese 2) e quando uma das candidatas tem maiores qualificações que as restantes (hipóteses 2).

Assim, é possível afirmar que as variáveis *qualificações das candidatas* e *1ª escolha* são dependentes. (ver Anexo 4 – pág. 51)

Resumindo, confirma-se a hipótese 2, de que existem diferenças significativas na escolha da candidata portuguesa em relação às candidatas imigrantes (Cabo-verdiana e Brasileira), quando as três têm as mesmas qualificações, ou seja, a candidata portuguesa é significativamente mais escolhida quando as três candidatas têm as mesmas qualificações.

Relativamente à hipótese 3 e de acordo com os resultados obtidos, confirma-se a hipótese 3, de que existem diferenças significativas na escolha de uma das candidatas, quando essa mesma candidata tem mais qualificações que as restantes, ou seja, quando as qualificações de uma das candidatas (imigrante ou não) são mais elevadas, não há discriminação dessa candidata.

Através do teste χ^2 , foi possível também aferir da relação entre a variável *qualificações das candidatas* e as variáveis dependentes *2ª e 3ª escolhas*.

O teste revelou um resultado de $\chi^2 = 48.154$, $p = 0,000$ ($p < 0.05$) para avaliar a relação entre a variável *qualificações* e a variável *2ª escolha*, o que revela que existe uma dependência entre ambas as variáveis (ver Anexo 5 – pág.52).

Para a relação entre as variáveis *qualificações* e *3ª escolha*, os resultados obtidos foram de $\chi^2 = 92.235$, $p = 0,000$ ($p < 0.05$), o que também revela uma dependência entre ambas as variáveis (ver Anexo 6 – pág. 53)

Através do teste do χ^2 , foi ainda avaliada a relação entre a variável *contacto* e a variável *1ª escolha*, sendo que os resultados obtidos revelaram um p entre os $p = 0.076$ e $p = 0.958$, valores muito superior para um $p < 0,05$, o que revela que a variável *contacto* e a variável *1ª escolha* são independentes (ver Anexos 7 – pág. 54).

QUADRO 1.

		QUALIFICAÇÕES		
		> Cabo-verdiana	> Brasileira	Qualificações =
ESCOLHA	1ª Escolha	74% CB	0% CB	14% CB
		0% B	70% B	4% B
		26% P	30% P	82% P
	2ª Escolha	24% CB	12% CB	66% CB
		4% B	22% B	18% B
		72% P	66% P	16% P
	3ª Escolha	2% CB	88% CB	20% CB
		96% B	8% B	78% B
		2% P	4% P	2% P

Legenda:

CB = Candidata Cabo-verdiana

B = Candidata Brasileira

P = Candidata Portuguesa

Tendo em conta os resultados apresentados no quadro 1, é possível verificar que, quando todas as candidatas têm as mesmas qualificações, a seleção como primeira escolha para ocupar a vaga recai significativamente mais sobre a candidata Portuguesa (82%), do que sobre as candidatas imigrantes (Cabo-verdiana – 14%; Brasileira – 4%).

No entanto, nas condições em que uma das candidatas imigrantes tem mais qualificações que as restantes, como por exemplo, quando a candidata Cabo-verdiana tem mais qualificações que as candidatas Portuguesa e Brasileira, os participantes selecionaram significativamente mais a candidata cabo-verdiana (74%) em contraste com os 0% da candidata Brasileira e 26% da candidata Portuguesa. Relativamente à condição onde a candidata Brasileira tem mais qualificações que a candidata Cabo-verdiana e Portuguesa, a opção como primeira escolha para ocupar a vaga, recai significativamente mais sobre a candidata Brasileira (70%), em oposição com os 0% de escolhas da candidata Cabo-verdiana e 30% das escolhas da candidata Portuguesa.

Relativamente à seleção dos participantes como segunda escolha para ocupar a vaga, na condição onde as três candidatas têm iguais qualificações, a seleção é significativamente mais elevada para a candidata Cabo-verdiana (66%), em contraste com os 18% da candidata Brasileira.

Ainda relativamente à escolha como segunda opção para ocupar a vaga, mas quando a candidata Cabo-verdiana tem mais qualificações, a escolha recai significativamente mais sobre a candidata Portuguesa (72%) do que sobre a candidata Brasileira (4%). Já quando a candidata Brasileira tem mais qualificações que as restantes, a segunda escolha para ocupar a vaga é significativamente maior para a candidata Portuguesa (66%) em contraste com os 12% da candidata Cabo-verdiana.

Como última opção para ocupar a vaga, e quando as três candidatas têm iguais qualificações, a candidata Brasileira surge isolada com 78% de escolhas.

Quando a candidata Cabo-verdiana tem mais qualificações que as restantes, a última escolha para ocupar a vaga é também a candidata Brasileira (96%). Quando a candidata Brasileira tem mais qualificações, a escolha para última opção para ocupar a vaga é a candidata Cabo-verdiana com 88%.

De forma resumida, como primeira escolha para ocupar a vaga quando as três candidatas têm iguais qualificações, a escolha é significativamente mais elevada para a candidata Portuguesa, seguindo-se a candidata Cabo-verdiana e por último a candidata Brasileira.

Quando a candidata Cabo-verdiana tem mais qualificações que as restantes, a primeira opção dos participantes para ocupar a vaga, recaiu sobre a Candidata Cabo-verdiana, seguindo-se a candidata Portuguesa e por último a candidata Brasileira.

Relativamente à condição onde a candidata Brasileira tem mais qualificações que as restantes, a escolha dos participantes recaiu significativamente sobre a candidata Brasileira, seguindo-se a candidata Portuguesa e como terceira opção surge a candidata Cabo-verdiana.

DISCUSSÃO

O objetivo do estudo era verificar a influência que as normas sociais da meritocracia e do igualitarismo têm na discriminação de imigrantes (Cabo-verdianas e Brasileiras), num contexto de seleção para um emprego.

Através do presente estudo não foi possível confirmar essa influência das normas sociais do igualitarismo e da meritocracia na discriminação racial, como sugerem os estudos desenvolvidos por diversos autores (e.g., Correia, Brito, Vala, & Perez, 2001; Katz, & Hass, 1988; Lima, & Vala, 2002, 2004b; Schwartz, 1996; Vala, Brito, & Lopes, 1999; Vala, Lima, & Lopes, 2002). Assim, neste estudo não se pode concluir que as normas sociais (igualitarismo e meritocracia) tenham influência na discriminação ou não da candidata imigrante, sendo que uma das hipóteses explicativas para que não tenha havido dependência entre a variável normas sociais e a 1ª escolha, pode estar na forma como a tarefa de priming, foi colocada, que em estudos futuros deveria ser colocada imediatamente antes da escolha da candidata para o emprego, ao contrário do que sucedeu no presente estudo, onde a tarefa da primação foi realizada muito antes da tarefa de seleção da candidata, dissipado o seu efeito.

Apesar do contributo de algumas perspetivas teóricas das “novas” manifestações do racismo, como o racismo simbólico (Kinder & Sears, 1981; McConahay & Hough, 1976), o preconceito subtil (Pettigrew & Meertens, 1995), que se debruçam sobretudo sobre os efeitos da norma social anti-racista na expressão do racismo, o principal suporte que sustenta os resultados obtidos nas hipóteses 2 e 3 é a teoria do racismo Aversivo (Gaertner & Dovidio, 1986), visto ser a que para além do estudo dos efeitos da norma anti-racista nas expressões do racismo, está preocupada com os contextos onde ocorrem essas expressões do racismo.

Estudos empíricos como os de Gaertner (1973) e de Dovidio e Gaertner (1998, 2000), revelaram que nos contextos onde a norma anti-racista está saliente, como é o caso da hipótese 3 (onde uma das candidatas imigrantes tem mais qualificações), a discriminação não se manifesta. Pelo contrário, quando as normas são mais ambíguas, como é caso da hipótese 2 (condição em que todas as candidatas têm as mesmas qualificações), as respostas

discriminatórias são evidentes. Assim, quando as pessoas são confrontadas com situações de contacto interracial onde a resposta apropriada é clara, e em que o certo e o errado está claramente definido, os racistas aversivos tendem a não discriminar. Pelo contrário, em situações em que a estrutura normativa é ambígua e não está explícita, essas mesmas pessoas podem apresentar comportamentos discriminatórios.

Os comportamentos discriminatórios nas condições onde a norma anti-racista não está saliente (hipótese 2), pode também ser explicados através da teoria da identidade social (Tajfel, 1981 e Tajfel & Turner, 1986), e nos seus conceitos fundamentais: categorização social, identidade social e comparação social. Assim, os participantes discriminam as candidatas imigrantes (Brasileiras e Cabo-verdiana), nas condições onde todas têm as mesmas qualificações, já que o comportamento certo e errado não é claro, pelo que, os indivíduos tendem a construir uma identidade social positiva mediante comparações entre o seu grupo e o (s) grupo (s) dos outros, conduzindo ao favoritismo pelo grupo de pertença - a tendência para favorecer o grupo de pertença relativamente ao grupo dos outros, designado de *favoritismo endogrupal*. Para manter e reforçar a sua identidade social positiva, geralmente são levados a favorecer os membros do seu grupo.

Para estes autores (Tajfel, 1981 e Tajfel & Turner, 1986), a consciência da existência de outros grupos poderia gerar por si só um processo de comparação entre o nós e o eles.

Podemos analisar ainda os resultados obtidos nos testes das hipóteses 2 e 3 à luz da perspetiva de Kelman (1958), e da “aquisição” das normas sociais, que segundo o autor passam por 3 processos: a) *Aceitação*, que ocorre quando um indivíduo aceita a norma porque pretende obter aprovação de outra pessoa ou do grupo; b) *Identificação*, que ocorre quando o indivíduo adota a norma para manter boas relações com outra pessoa ou com um grupo; c) *Internalização*, que ocorre quando o indivíduo aceita a norma porque esta lhe é intrinsecamente valorizada.

Assim, podemos considerar que os sujeitos que, mesmo nas condições onde uma das candidatas imigrantes (Brasileira ou Cabo-verdiana) têm mais qualificações que as restantes, selecionaram a candidata portuguesa, seriam os que não aceitaram a norma da igualdade (racismo flagrante), os racistas ”subtis” seriam os que na condição onde todas as candidatas têm as mesmas qualificações, selecionam a Portuguesa, ou seja, apesar de terem aceite e se identificado com a norma da igualdade, não a interiorizaram, de modo que, quando existe um contexto propício, o comportamento discriminatório pode ocorrer (hipótese 2). E por últimos os indivíduos “igualitários”, aqueles que nas condições onde uma das candidatas imigrantes

tinha mais qualificações, selecionaram-na, não a discriminando, ou seja, aceitando e interiorizando a norma igualitária (hipótese 3).

No que se refere a uma das hipóteses explicativas para os resultados não revelarem uma dependência entre a variável contacto e as escolhas das candidatas, parece-nos que seria muito mais relevante do que saber se os participantes têm ou tiveram amigos, vizinhos, familiares e colegas de trabalho Cabo-verdiano(a)s ou Brasileiro(a)s, avaliar a qualidade/eficácia desses contactos (Allport, 1954), ou seja, se as experiências de contacto com estes grupos foi percebida como positiva ou negativa e se foi a nível interpessoal ou intergrupar. Desta forma, provavelmente seria possível ver a variável contacto, como boa preditora das escolhas dos participantes.

De qualquer forma pensa-se que a questão da informação sobre o outro grupo (mesmo contendo as semelhanças e diferenças) deve ser relativizada, já que o conflito e a discriminação entre grupos têm frequentemente outras causas, de natureza cognitiva e emocional, sobre as quais o contacto não tem qualquer influência; categorização social (ver Brewer e Miller, 1984), a manutenção duma identidade social positiva (ver Tajfel, 1978), e o conflito real de interesses (ver Sherif, 1966).

CONCLUSÃO

Citando **Vala, Brito e Lopes, (1999)**, os portugueses parecem ter interiorizado tal como na maioria das sociedades ocidentais, a norma anti-racista, o que muitas vezes os impede de exprimir publicamente formas de discriminação flagrantes, que contrariem claramente essa norma. No entanto, algumas das suas respostas foram reveladoras de formas subtis de discriminação que, não contrariando claramente a norma anti-racista, não deixam de ser formas de discriminação, como é o caso das situações onde as candidatas imigrantes e portuguesa têm iguais qualificações, e as candidatas portuguesas foram significativamente mais selecionadas.

Assim, e apesar de não ter sido possível verificar a dependência das normas igualitárias e meritocrática na discriminação, pelo facto da primação não ter resultado, o que constitui uma limitação do presente estudo, os resultados sugerem que a saliência ou não da norma anti-racista, tem efeitos nos comportamentos discriminatórios, como ficou evidenciado na confirmação das hipóteses 2 e 3.

Um dos resultados obtidos do presente estudo, e que suscitou alguma curiosidade foi o facto dos sujeitos deste estudo terem selecionado significativamente mais a candidata Cabo-

verdiana do que a candidata Brasileira nas situações onde as três candidatas tinham as mesmas qualificações. Seria por isso interessante em estudos futuros, explorar as justificações para essas diferenças.

Numa analogia feliz, Munanga (2002) estabelece uma relação entre o preconceito e um iceberg, onde é possível ver apenas a sua ponta, que seriam as práticas discriminatórias a partir de comportamentos sociais e individuais, enquanto que a maior parte estará invisível e submersa, pelo que, impossível de prever a sua extensão, e que estaria ligada a manifestações invisíveis do preconceito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Allport, G. W. (1954). *The nature of prejudice* (3a ed.). Wokingham: Addison- Wesley.

Amâncio, L. (2000), «Identidade social e relações intergrupais», in J. Vala e M. B. Monteiro (orgs.), in *Psicologia Social*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 4.^a ed., pp. 387-409.

Barker, M. (1981). *The new racism*. Londres: Junction Books.

Ben Brika, J., Lemaine, G., & Jackson, J. (1997). *Racism and xenophobia in Europe*. Bruxelas: European Commission.

Biernat, M., Vescio, T. K., Theno, S. A., & Crandall, C. S. (1996). Values and prejudice: toward understanding the impact of American values on outgroup attitudes. In C. Seligman, J. M. Olson, & M. P. Zanna (Orgs.), *The Psychology of values: the Ontario Symposium* (Vol. 8, pp. 153-189). Nova Jersey: Erlbaum.

Billing, M., e Tajfel, H. (1973), «Social categorisation and similarity in intergroup behavior», in *European Journal of Social Psychology*, 3, pp. 1-16.

Correia, I., Brito, R., Vala, J., & Pérez, J. (2001). *Normes antiracistes et persistance du racisme flagrant: analyse comparative des attitudes face aux Tziganes et face aux noirs au Portugal*. Manuscrito não-publicado. Centro de Investigação e Intervenção Social/ISCTE.

- Snowden Jr., F. M. (1995). Europe's oldest chapter in the history of black-white relations. In B. P. Bowser (Org.), *Racism and anti-racism in world perspective* (pp. 3-26). Londres: Sage.
- Dovidio, J. F. (2001). On the nature of contemporary prejudice: The third wave. *Journal of Social Issues*, 57, 829-849.
- Dovidio, J. F., & Gaertner, S. L. (1998). On the nature of contemporary prejudice: the causes, consequences, and challenges of aversive racism. In J. L. Eberhardt & S. T. Fiske (Orgs.), *Confronting racism: the problem and the response* (pp. 3-32). Thousand Oaks, Califórnia: Sage.
- Dovidio, J. F., & Gaertner, S. L. (2000). Aversive racism in selection decisions: 1989 and 1999. *Psychological Science*, 11, 319-323.
- Dubois, N. (2003). (Ed.). *A sociocognitive approach to social norms*. London: Routledge.
- Gaertner, S. L., & Dovidio, J. F. (1986). The aversive form of racism. In J. F. Dovidio, & S. L. Gaertner (Orgs.), *Prejudice, discrimination, and racism* (pp. 61-89). Orlando, Florida: Academic.
- Jones, J. M. (1972). *Racismo e preconceito*. São Paulo: Edgard Blücher.
- Katz, I., & Hass, R. G. (1988). Racial ambivalence and American value conflict: correlational and priming studies of dual cognitive structures. *Journal of Personality and Social Psychology*, 55, 893-905.
- Katz, I., Wackenhut, J., & Hass, R.G. (1986). Racial ambivalence, value duality, and behavior. In J. F. Dovidio & S. L. Gaertner (Orgs.), *Prejudice, discrimination, and racism* (pp. 35-59). Nova York: Academic.
- Leyens, J. P., Paladino, P., Rodriguez, R., Vaes, J., Demoulin, S., Rodriguez, A., e Gaunt, R. (2000), «The emotional side of prejudice: the attribution of secondary emotions to ingroups and outgroups», in *Personality and Social Psychology Review*, 2, pp. 186-197.
- Lima, M. E. O. (2003). Normas sociais e racismo: Efeitos do individualismo meritocrático e do igualitarismo na infra-humanização dos Negros. Tese de Doutorado não-publicada, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa, Portugal.

Lima, M. E. O., & Vala, J. (2002). Individualismo meritocrático, diferenciação cultural e racismo. *Análise Social*, 37, 181-207. Lisboa, Portugal.

Lima, M. E. O., & Vala, J. (2004b). Sucesso social, branqueamento e racismo. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 20(1), 11-19.

Minard, R. D. (1952). Race relations in the Pocahontas coal field. *Journal of Social Issues*, 8, 29-44.

Sherif, M. (1967). *Group conflict and cooperation: Their social psychology*. London: Routledge and Kegan Paul.

Garcia-Marques, Leonel (1999), “O estudo dos estereótipos e as novas análises do racismo: serão os efeitos dos estereótipos inevitáveis?”, in Jorge Vala (org.) *Novos Racismos: Perspectivas Comparativas*, Oeiras, Celta Editora, pp. 121-131.

Pettigrew, T. F. (1958). Personality and social-cultural factors in intergroup attitudes: a cross-national comparison. *Journal of Conflict Resolution*, 2, 29-42.

McConahay, J. B. (1986). Modern racism, ambivalence, and the modern racism scale. In J. F.

Dovidio & S. L. Gaertner (Orgs.), *Prejudice, discrimination, and racism* (pp. 91-125). Nova York: Academic.

Meertens, Roel e Thomas F. Pettigrew (1999), “Será o racismo subtil mesmo racismo?”, in Jorge Vala (org.), *Novos Racismos: Perspectivas Comparativas*, Oeiras, Celta, pp. 11-29.

Myrdal, G. (1944), *An American Dilemma: The Negro Problem and Modern Democracy*, Nova Iorque, Harper and Row.

Pettigrew, Thomas F. e R. W. Meertens (1993), “Le racisme voilé: dimensions et mesure”, in Michel Wieviorka (org.), *Racisme et Modernité*, Paris, Éditions la Découverte, pp. 209-226.

Pettigrew, Thomas F. (1999), “A sistematização dos preditores do racismo: uma perspectiva empírica”, in Jorge Vala (org.), *Novos Racismos: Perspectivas Comparativas*, Oeiras, Celta, pp. 79-101.

Turner, J. (1978), «Social comparasion, similarity and ingroup favouritism», in H. Tajfel (ed.), *Differentiation between Social Groups: Studies in the Social Psychology of Intergroup Relations*, Londres, Academic Press, pp. 235-250.

Vala, Jorge (org.) (1999), *Novos Racismos: Perspectivas Comparativas*, Oeiras, Celta.

Vala, J., Brito, R., & Lopes, D. (1999). *Expressões dos racismos em Portugal: perspectivas psicossociológicas*. Lisboa: Editora do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Vala, J., Lopes, D., & Brito, R. (1999). A construção social da diferença: racialização e etnicização das minorias. In J. Vala (Org.), *Novos racismos: perspectivas comparativas* (pp. 145-179). Oeiras: Celta.

Vala, J., Lopes, D., Lima, M. E. O., & Brito, R. (2002). Cultural differences and hetero-ethnicization in Portugal: the perceptions of black and white people. *Portuguese Journal of Social Sciences*, 1(2), 111-128.

ANEXOS

ANEXO 1 - QUESTIONÁRIO

O presente questionário insere-se no âmbito duma Tese de Mestrado do Instituto Superior de Psicologia Aplicada, e tem como objectivo analisar a opinião dos estudantes universitários acerca de vários assuntos.

Para o efeito, pedimos que dedique alguns minutos a responder a este questionário, sendo que a sua participação é voluntária, e garantido o total anonimato. Não existem respostas certas ou erradas, o que interessa é a sua opinião sincera.

1. Por favor, indique assinalando com um (X), em que medida concorda ou discorda com cada uma das seguintes afirmações.

	Concordo Totalmente	Concordo	Não Concordo/ Nem Discordo	Discordo	Discordo Totalmente
1. Devemos ser bondosos para todos os tipos de pessoas.					
2. Devemos encontrar formas de ajudar as pessoas que têm dificuldades.					
3. Devemos preocupar-nos com o bem-estar dos outros.					
4. Deveria existir igualdade entre todos, pois somos todos seres humanos.					
5. Aqueles que não conseguem satisfazer as suas necessidades básicas devem ser ajudados.					
6. Uma sociedade justa é aquela em que as pessoas sentem-se responsáveis umas pelas outras.					
7. Em todas as coisas da vida, todos deveriam ter oportunidades iguais.					
8. Agir no sentido de defender os interesses e direitos dos membros da sociedade é obrigação de todos.					
9. Ao lidar com criminosos, os tribunais deveriam reconhecer que muitos deles foram vítimas das circunstâncias.					
10. As nações mais prósperas têm obrigação de dividir as suas riquezas com as mais pobres.					

2. Agora imagine que:

“ O Gestor de Recursos Humanos de uma empresa multinacional de grande prestígio precisa de contratar **uma** secretária de Administração. Após analisar dezenas de currículos de candidatas ao cargo, o gestor seleccionou as 3 melhores (Cabo-verdiana; Portuguesa - Caucasiana; Brasileira).

As três mulheres têm igualmente 35 anos, uma ampla experiência como secretárias de administração, competências sociais e comunicacionais iguais, e em todas as avaliações objectivas apresentaram o mesmo desempenho”.

2.1. Sabendo que a candidata Brasileira tem o 12º Ano e as restantes o 11º Ano de escolaridade, solicitamos-lhe que auxilie o Gestor de Recursos Humanos na decisão sobre a selecção da secretária de administração. Indicando por **ordem** de preferência, qual seria a sua escolha.

Candidata Cabo-verdiana	
Candidata Portuguesa	
Candidata Brasileira	

3. Assinale com um (X) as suas opções:

3.1. Tem ou teve algum(a) vizinho(a):

- Cabo-verdiano(a)?
- Brasileiro(a)?

NÃO	SIM

3.2. Tem ou teve algum(a) amigo(a):

- Cabo-verdiano(a)?
- Brasileiro(a)?

NÃO	SIM

3.3. Tem ou teve algum(a) colega de trabalho:

- Cabo-verdiano(a)?
- Brasileiro(a)?

NÃO	SIM

3.4. Tem ou teve na sua família um(a):

- Cabo-verdiano(a)?
- Brasileiro(a)?

NÃO	SIM

Dados Pessoais:

Idade: _____ Género: _____ Cor da Pele: _____

Naturalidade: _____ Nacionalidade: _____

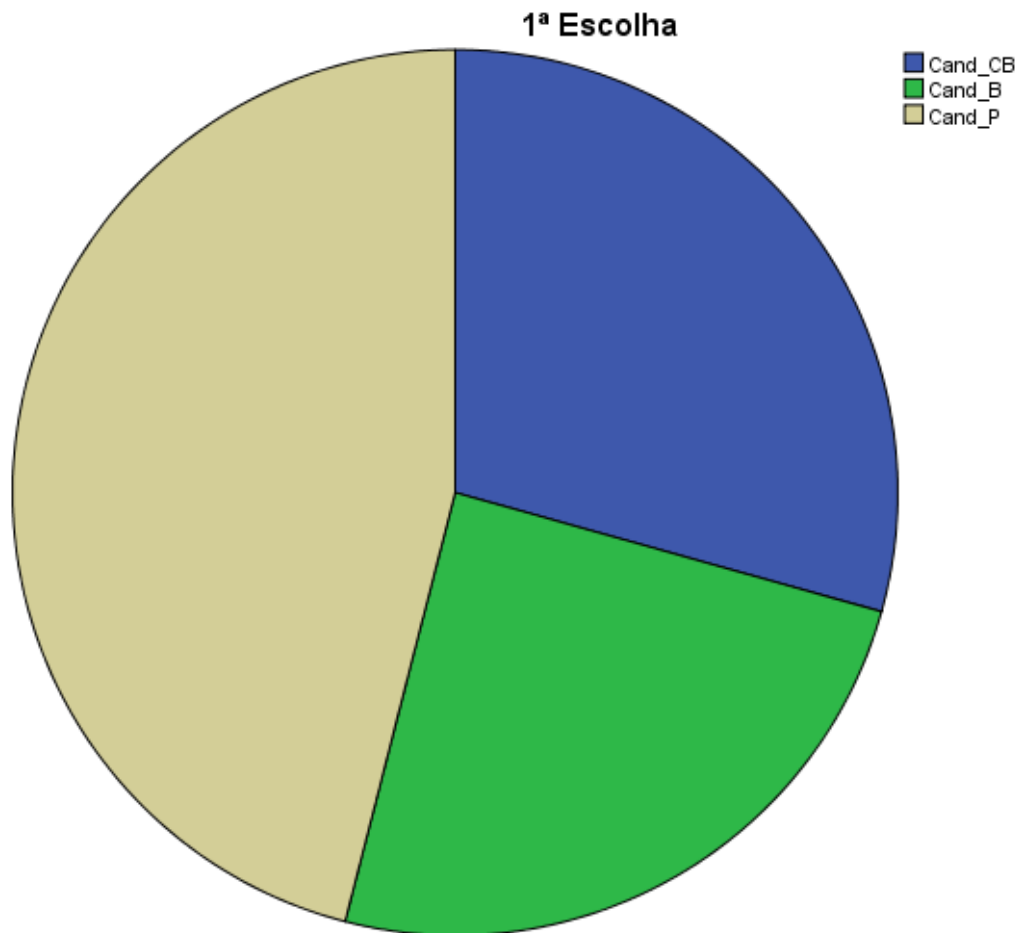
Habilitações Académicas: _____

Nota: Caso pretenda receber os resultados da presente Tese de Mestrado em que está a participar, por favor indique aqui o seu endereço electrónico: _____

Obrigado pela Colaboração!

ANEXO 2 – OUTPUT 1

1ª Escolha					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Cand_CB	44	29,3	29,3	29,3
	Cand_B	37	24,7	24,7	54,0
	Cand_P	69	46,0	46,0	100,0
	Total	150	100,0	100,0	



ANEXO 3 - OUTPUT2

Norma * 1ª Escolha Crosstabulation						
			1ª Escolha			Total
			Cand_CB	Cand_B	Cand_P	
Norma	Iguaritarismo	Count	19	17	39	75
		Expected Count	22,0	18,5	34,5	75,0
		% within norma	25,3%	22,7%	52,0%	100,0%
	Meritocracia	Count	25	20	30	75
		Expected Count	22,0	18,5	34,5	75,0
		% within norma	33,3%	26,7%	40,0%	100,0%
Total		Count	44	37	69	150
		Expected Count	44,0	37,0	69,0	150,0
		% within norma	29,3%	24,7%	46,0%	100,0%

Chi-Square Tests			
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	2,235 ^a	2	,327
Likelihood Ratio	2,242	2	,326
Linear-by-Linear Association	2,054	1	,152
N of Valid Cases	150		
a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 18,50.			

ANEXO 4 - OUTPUT 3

Qualificações * 1ª Escolha Crosstabulation						
			1ª Escolha			Total
			Cand_CB	Cand_B	Cand_P	
Qualificações	> Cabo-verdiana	Count	37	0	13	50
		% within Qualificações	74,0%	0,0%	26,0%	100,0%
	> Brasileiro	Count	0	35	15	50
		% within Qualificações	0,0%	70,0%	30,0%	100,0%
	Qualificações =	Count	7	2	41	50
		% within Qualificações	14,0%	4,0%	82,0%	100,0%
Total		Count	44	37	69	150
		% within Qualificações	29,3%	24,7%	46,0%	100,0%

Chi-Square Tests			
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	136,548 ^a	4	,000
Likelihood Ratio	143,601	4	,000
Linear-by-Linear Association	46,055	1	,000
N of Valid Cases	150		
a. 0 cells (.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 12,33.			

ANEXO 5 - OUTPUT 4

Qualificações * 2ª Escolha Crosstabulation						
			2ª Escolha			Total
			Cand_CB	Cand_B	Cand_P	
Qualificações	> Cabo-verdiana	Count	12	2	36	50
		Expected Count	17,0	7,3	25,7	50,0
		% within 2ª Escolha	23,5%	9,1%	46,8%	33,3%
	> Brasileiro	Count	6	11	33	50
		Expected Count	17,0	7,3	25,7	50,0
		% within 2ª Escolha	11,8%	42,9%	50,0%	33,3%
	Qualificações =	Count	33	9	8	50
		Expected Count	17,0	7,3	25,7	50,0
		% within 2ª Escolha	64,7%	40,9%	10,4%	33,3%
Total	Count	51	22	77	150	
	Expected Count	51,0	22,0	77,0	150,0	
	% within 2ª Escolha	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Chi-Square Tests			
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	48,154 ^a	4	,000
Likelihood Ratio	52,624	4	,000
Linear-by-Linear Association	28,969	1	,000
N of Valid Cases	150		
a. 0 cells (.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 7,33.			

ANEXO 6 - OUTPUT 5

Qualificações * 3ª Escolha Crosstabulation						
			3ª Escolha			Total
			Cand_CB	Cand_B	Cand_P	
Qualificações	> Cabo-verdiana	Count	1	48	1	50
		Expected Count	18,3	30,3	1,3	50,0
		% within 3ª Escolha	1,8%	52,7%	25,0%	33,3%
	> Brasileiro	Count	44	4	2	50
		Expected Count	18,3	30,3	1,3	50,0
		% within 3ª Escolha	80,0%	4,4%	50,0%	33,3%
	Qualificações =	Count	10	39	1	50
		Expected Count	18,3	30,3	1,3	50,0
		% within 3ª Escolha	18,2%	42,9%	25,0%	33,3%
Total	Count	55	91	4	150	
	Expected Count	55,0	91,0	4,0	150,0	
	% within 3ª Escolha	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Chi-Square Tests			
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	92,235 ^a	4	,000
Likelihood Ratio	107,027	4	,000
Linear-by-Linear Association	2,897	1	,089
N of Valid Cases	150		
a. 3 cells (33,3%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 1,33.			

ANEXO 7 - OUTPUTS 6

4.1 Tem ou teve algum/a vizinho/a Cabo-verdiano/a * 1ª Escolha Crosstabulation						
			1ª Escolha			Total
			Cand_CB	Cand_B	Cand_P	
Tem ou teve algum/a vizinho/a Cabo-verdiano/a	sim	Count	14	21	29	64
		Expected Count	18,8	15,8	29,4	64,0
		% within Tem ou teve algum/a vizinho Cabo-verdiano/a	21,9%	32,8%	45,3%	100,0%
	não	Count	30	16	40	86
		Expected Count	25,2	21,2	39,6	86,0
		% within Tem ou teve algum/a vizinho/a Cabo-verdiano/a	34,9%	18,6%	46,5%	100,0%
Total	Count	44	37	69	150	
	Expected Count	44,0	37,0	69,0	150,0	
	% within Tem ou teve algum/a vizinho/a Cabo-verdiano/a	29,3%	24,7%	46,0%	100,0%	

Chi-Square Tests			
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	5,131 ^a	2	,077
Likelihood Ratio	5,154	2	,076
Linear-by-Linear Association	,701	1	,403
N of Valid Cases	150		
a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 15,79.			

4.1 Tem ou teve algum/a vizinho/a Brasileiro/a * 1ª Escolha Crosstabulation						
			1ª Escolha			Total
			Cand_CB	Cand_B	Cand_P	
Tem ou teve algum/a vizinho/a Brasileiro/a	sim	Count	19	24	30	73
		Expected Count	21,4	18,0	33,6	73,0
		% within Tem ou teve algum/a vizinho/a brasileiro/a	26,0%	32,9%	41,1%	100,0%
	não	Count	25	13	39	77
		Expected Count	22,6	19,0	35,4	77,0
		% within Tem ou teve algum/a vizinh/a brasileiro/a	32,5%	16,9%	50,6%	100,0%
Total	Count	44	37	69	150	
	Expected Count	44,0	37,0	69,0	150,0	
	% within Tem ou teve algum/a vizinho/a brasileiro/a	29,3%	24,7%	46,0%	100,0%	

Chi-Square Tests			
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	5,159 ^a	2	,076
Likelihood Ratio	5,212	2	,074
Linear-by-Linear Association	,050	1	,824
N of Valid Cases	150		
a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 18,01.			

4.2 Tem ou teve algum/a amigo/a Cabo-verdiano * 1ª Escolha Crosstabulation						
			1ª Escolha			Total
			Cand_CB	Cand_B	Cand_P	
Tem ou teve algum/a amigo/a Cabo-verdiana	sim	Count	28	27	53	108
		Expected Count	31,7	26,6	49,7	108,0
		% within Tem ou teve algum/a amigo/a cabo-verdiano/a	25,9%	25,0%	49,1%	100,0%
	não	Count	16	10	16	42
		Expected Count	12,3	10,4	19,3	42,0
		% within Tem ou teve algum/a amigo/a cabo-verdiano/a	38,1%	23,8%	38,1%	100,0%
Total	Count	44	37	69	150	
	Expected Count	44,0	37,0	69,0	150,0	
	% within Tem ou teve algum/a amigo/a cabo-verdiano/a	29,3%	24,7%	46,0%	100,0%	

Chi-Square Tests			
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	2,336 ^a	2	,311
Likelihood Ratio	2,290	2	,318
Linear-by-Linear Association	2,218	1	,136
N of Valid Cases	150		

a. 0 cells (.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 10,36.

4.2 Tem ou teve algum/a amigo/a Brasileiro/a * 1ª Escolha Crosstabulation						
			1ª Escolha			Total
			Cand_CB	Cand_B	Cand_P	
Tem ou teve algum/a amigo/a Brasileiro/a	sim	Count	32	34	55	121
		Expected Count	35,5	29,8	55,7	121,0
		% within Tem ou teve algum/a amigo/a brasileiro/a	26,4%	28,1%	45,5%	100,0%
	não	Count	12	3	14	29
		Expected Count	8,5	7,2	13,3	29,0
		% within Tem ou teve algum/a amigo/a brasileiro/a	41,4%	10,3%	48,3%	100,0%
Total	Count	44	37	69	150	
	Expected Count	44,0	37,0	69,0	150,0	
	% within Tem ou teve algum/a amigo/a brasileiro/a	29,3%	24,7%	46,0%	100,0%	

Chi-Square Tests			
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	4,808 ^a	2	,090
Likelihood Ratio	5,312	2	,070
Linear-by-Linear Association	,470	1	,493
N of Valid Cases	150		

a. 0 cells (.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 7,15.

4.3 Tem ou teve algum/a colega de trabalho Cabo-verdiano/a * 1ª Escolha Crosstabulation

		1ª Escolha			Total	
		Cand_CB	Cand_B	Cand_P		
Tem ou teve algum/a colega de trabalho Cabo-verdiano/a	sim	Count	16	16	36	68
		Expected Count	19,9	16,8	31,3	68,0
		% within Tem ou teve algum/a colega de trabalho cabo-verdiano/a	23,5%	23,5%	52,9%	100,0%
	não	Count	28	21	33	82
		Expected Count	24,1	20,2	37,7	82,0
		% within Tem ou teve algum/a colega de trabalho cabo-verdiano/a	34,1%	25,6%	40,2%	100,0%
Total	Count	44	37	69	150	
	Expected Count	44,0	37,0	69,0	150,0	
	% within Tem ou teve algum/a colega de trabalho cabo-verdiano/a	29,3%	24,7%	46,0%	100,0%	

Chi-Square Tests			
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	2,797 ^a	2	,247
Likelihood Ratio	2,814	2	,245
Linear-by-Linear Association	2,766	1	,096
N of Valid Cases	150		

a. 0 cells (.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 16,77.

4.3 Tem ou teve algum/a colega de trabalho Brasileiro/a * 1ª Escolha Crosstabulation						
			1ª Escolha			Total
			Cand_CB	Cand_B	Cand_P	
Tem ou teve algum/a colega de trabalho Brasileiro/a	sim	Count	23	20	38	81
		Expected Count	23,8	20,0	37,3	81,0
		% within Tem ou teve algum/a colega de trabalho brasileiro/a	28,4%	24,7%	46,9%	100,0%
	não	Count	21	17	31	69
		Expected Count	20,2	17,0	31,7	69,0
		% within Tem ou teve algum/a colega de trabalho brasileiro/a	30,4%	24,6%	44,9%	100,0%
Total	Count	44	37	69	150	
	Expected Count	44,0	37,0	69,0	150,0	
	% within Tem ou teve algum/a colega de trabalho brasileiro/a	29,3%	24,7%	46,0%	100,0%	

Chi-Square Tests			
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	,085 ^a	2	,958
Likelihood Ratio	,085	2	,958
Linear-by-Linear Association	,083	1	,774
N of Valid Cases	150		
a. 0 cells (.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 17,02.			

4.4 Tem ou teve na sua família um/a Cabo-verdiano/a * 1ª Escolha Crosstabulation						
			1ª Escolha			Total
			Cand_CB	Cand_B	Cand_P	
Tem ou teve na sua família um/a Cabo-verdiano/a	sim	Count	1	3	3	7
		Expected Count	2,1	1,7	3,2	7,0
		% within Tem ou teve na sua família um/a Cabo-verdiano/a	14,3%	42,9%	42,9%	100,0%
	não	Count	43	34	66	143
		Expected Count	41,9	35,3	65,8	143,0
		% within Tem ou teve na sua família um/a Cabo-verdiano/a	30,1%	23,8%	46,2%	100,0%
Total		Count	44	37	69	150
		Expected Count	44,0	37,0	69,0	150,0
		% within Tem ou teve na sua família um/a Cabo-verdiano/a	29,3%	24,7%	46,0%	100,0%

Chi-Square Tests			
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	1,568 ^a	2	,457
Likelihood Ratio	1,524	2	,467
Linear-by-Linear Association	,142	1	,706
N of Valid Cases	150		

a. 3 cells (50,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 1,73.

4.4 Tem ou teve na sua família um/a Brasileiro/a * 1ª Escolha Crosstabulation						
			1ª Escolha			Total
			Cand_CB	Cand_B	Cand_P	
Tem ou teve na sua família um/a Brasileiro/a	sim	Count	6	9	4	19
		Expected Count	5,6	4,7	8,7	19,0
		% within Tem ou teve na sua família um/a brasileiro/a	31,6%	47,4%	21,1%	100,0%
	não	Count	38	28	65	131
		Expected Count	38,4	32,3	60,3	131,0
		% within Tem ou teve na sua família um/a brasileiro/a	29,0%	21,4%	49,6%	100,0%
Total	Count	44	37	69	150	
	Expected Count	44,0	37,0	69,0	150,0	
	% within Tem ou teve na sua família um/a brasileiro/a	29,3%	24,7%	46,0%	100,0%	

Chi-Square Tests			
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	7,526 ^a	2	,023
Likelihood Ratio	7,349	2	,025
Linear-by-Linear Association	2,202	1	,138
N of Valid Cases	150		

a. 1 cells (16,7%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 4,69.